



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS

ANA PAULA TAIGY DO AMARAL

ANÁLISE SINTÁTICO-SEMÂNTICA DE MENSAGENS GOLPISTAS DE 2022:
UMA DISCUSSÃO COGNITIVO-FUNCIONAL

JOÃO PESSOA/PB
2024

ANA PAULA TAIGY DO AMARAL

**ANÁLISE SINTÁTICO-SEMÂNTICA DE MENSAGENS GOLPISTAS DE 2022:
UMA DISCUSSÃO COGNITIVO-FUNCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção do grau em licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Tiago de Aguiar Rodrigues.

JOÃO PESSOA/PB
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A485a Amaral, Ana Paula Taigy do. Análise
sintático-semântica de mensagens golpistas de 2022:
uma discussão cognitivo-funcional / Ana Paula Taigy
do Amaral. - João Pessoa, 2024.

52 f. : il.

Orientador: Tiago de Aguiar Rodrigues.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2024.

1. Desinformação. 2. Golpeflix. 3. Linguística
Cognitiva. 4. Valência. I. Rodrigues, Tiago de Aguiar.
II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 801

Elaborado por MARIA DE FATIMA HENRIQUE JORGE MAIA - CRB-15/392

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/LÍNGUA PORTUGUESA

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA PAULATAIGY DO AMARAL

**ANÁLISE SINTÁTICO-SEMÂNTICA DE MENSAGENS GOLPISTAS DE 2022:
UMA DISCUSSÃO COGNITIVO-FUNCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tiago de Aguiar Rodrigues – CCHLA/UFPB

Jan Edson Rodrigues Leite – CCHLA/UFPB

Erivaldo Pereira do Nascimento – CCAE/UFPB

AGRADECIMENTOS

A Deus, essa força que me faz levantar todas as manhãs e que me permitiu chegar até o presente. Mesmo que o caminho tenha sido tortuoso, sem atalhos, com muitos desvios, ruas sem saídas... Deus, nessas horas, me deu forças para dar meia-volta, recalculando a rota e recomeçar. Sem dúvidas, de todos os recomeços, este – graduar-me em Letras -, foi o mais gratificante. Obrigada, Deus, por me conduzir.

À Universidade Pública brasileira, aqui representada pela UFPB, por me ensinar que uma educação pública, gratuita e de qualidade é possível. Não é uma utopia, é uma realidade. A esta casa, minha segunda casa, devo minha formação e meu crescimento. Espero levar seu nome por onde eu for e que novos estudantes (de todas as idades, classes, raças e etnias) continuem tendo acesso às suas vagas.

Aos meus professores, por todos os textos, leituras, debates, discussões, trabalhos, provas, seminários, inspirações e exemplos. Dos melhores, os carregarei comigo e procurarei deixar um pouco de vocês nos meus alunos futuros, aumentando essa corrente que nos une.

Ao meu orientador, todo o meu agradecimento. Não só por ele ter me permitido participar do seu projeto de iniciação científica (onde tudo começou), mas, principalmente, por ter me dado a oportunidade de me desafiar. Confesso que foi uma escrita trabalhosa, porque exigiu de mim muito mais do que conhecimento teórico. Eu precisei me desengessar, deixar de olhar para a língua/texto com o molde da gramática tradicional (já tão enraizada em mim e eu nem sabia). Sempre disponível, pacientemente o professor Tiago lia minhas versões e me sugeria melhorias. No fim, este TCC me despertou a vontade de ler e de aprender mais sobre linguística cognitiva. Espero que tenha sido o início de outros porvires acadêmico-científicos.

À minha família, por todo amor e suporte, sobretudo financeiro, sem o qual eu não conseguiria, nesta idade, concluir uma nova graduação. Além disso, gostaria de prestar uma homenagem especial à Dona Emília. Minha mãe, que nunca tinha lido um romance na vida, aos 62 anos começou a participar de um clube de leitura, cujas coordenadoras são professoras aposentadas da UFPB. Com seus doutorados e teorias, elas destrincham as entrelinhas dos romances... e minha mãe, tão pequena diante da inibição que os títulos impõem aos leigos, permanece, sem se inibir, munida apenas da vontade de aprender. A vi montar, em seu quarto, uma estante, onde, aos poucos, vão se acomodando os novos exemplares (já está na 3ª prateleira). Quando eu penso que ela não pode me surpreender mais, ela se matricula na Nova Acrópole e, de repente, Platão, Aristóteles, Confúcio, Buda, e tantos outros passam a fazer parte do seu vocabulário. Em um mundo em que todos escondem suas fraquezas, minha mãe me ensina a não ter vergonha de “não saber”, mas, principalmente, a ter coragem e humildade de aprender. E, principalmente, nos mostra que o conhecimento pode ser encontrado em outros espaços (talvez até mais acessíveis e convidativos) do que a UFPB. O que me faz perguntar se esta casa está aberta/pronta para receber este público da Terceira Idade. Sempre é tempo de aprender.

Por último, mas não menos importante, meu agradecimento aos amigos e aos colegas de curso. O convívio com vocês me renova, alimenta minha juventude, que, aos 41, nem existe mais, porém, me atualiza e me permite visitar, na memória, aquela sensação de liberdade, de confiança e de esperança tão presente na juventude. Ao lado de vocês, eu revisito a jovem

que um dia fui e tento dizer para ela, sem poder, que a jornada será tortuosa... mas que ela aprenderá muito no caminho.

À Ana Paula de ontem, um abraço apertado. Nós chegamos até aqui.

RESUMO

A contemporaneidade tem apresentado uma crise de informação. Trata-se de um processo em escala global e intencional que gera uma complexa teia que cria, dissemina, consome e se retroalimenta de textos (verbais e não verbais) de desinformação, causando impactos negativos de diferentes esferas. O presente trabalho se dedicou a estudar, sob o olhar da Linguística Cognitiva, mensagens de textos que foram publicadas e compartilhadas em redes sociais - nas primeiras 72 horas após a divulgação do resultado da eleição presidencial de 2022 (2º turno) -, e que se encontram disponíveis para acesso público na página do Golpeflix (Aos Fatos, 2024). A partir da observação do *corpus*, despertou-se o interesse em analisar como as escolhas linguísticas, nos textos de desinformação, influenciam a construção de significado e contribuem para a disseminação de informações falsas. Para atender este desafio, desenvolvemos uma pesquisa de natureza qualitativa e com enfoque exploratório, na modalidade documental. Ao todo, foram 9 (nove) imagens de textos que compuseram o *corpus*, e que, primeiramente, as categorizamos em diferentes tipos de desinformação (*distorção contextual, sátira, propaganda, mis-informação e dis-informação*), restringindo as análises apenas sob os textos de mensagens que possuíam informações falsas e intencionalidade de causar dano (*dis-informação*) (OCDE, 2024). Em seguida, estabelecemos os conceitos teóricos de base cognitivo-funcional que auxiliaram nas análises, recorrendo, para isso, à noção de *frames* e de valências, correspondentes às estruturas argumentais dos verbos presentes nas mensagens de texto (Furtado da Cunha, 2016; Ferrari, 2016; Gomes e Rodrigues, 2019). Por último, observamos que a adaptabilidade da estrutura argumental sintática, com a omissão de argumentos e de agentes semânticos das cenas enunciativas podem influenciar a interpretação dos leitores, levando-os a acreditar em narrativas falsas e a apoiar ações ilegais. Destarte, compreendemos que a Linguística Cognitiva, como perspectiva teórica, estimula uma leitura crítica, ajudando os leitores a tornarem-se menos suscetíveis a consumirem/retroalimentarem a cadeia de desinformação.

Palavras-chave: Desinformação; Golpeflix; Linguística Cognitiva; Valência.

ABSTRACT

Contemporary has shown an information crisis. It is a global and intentional process that generates a complex scenario that creates, disseminates, consumes, and feeds itself with texts (verbal and non-verbal) of misinformation, causing negative impacts from different spheres. The present research intended to study, from the eyes of cognitive linguistics, text messages that were published and shared on social networks - in the first 72 hours after the release of the result of the second round of Brazil's presidential election, in 2022, available for public access on the Golpeflix website (Aos Fatos, 2024). Observing the *corpus*, we interested in analyzing how linguistic choices in misinformation texts influence the construction of meaning and how it can contribute to the dissemination of false information. To this challenge, we developed a qualitative and exploratory focus research, in the documentary modality. In total, there were nine images of texts that made up the corpus. First, we categorized them into different types of misinformation (*contextual distortion, satire, propaganda, misinformation, and disinformation*), restricting our analysis to texts that contained false information with the intention of causing harm (OECD, 2024). Then we established the cognitive-functional theoretical concepts that assisted in our analyses, using the notion of *frames* and valences, corresponding to the argument structures of the verbs present in text messages (Furtado da Cunha, 2016; Ferrari, 2016; Gomes and Rodrigues, 2019). Finally, we observe that the adaptability of the syntactic argument structure, with the omission of arguments and semantic agents of enunciated scenes can influence readers' interpretation, leading them to believe in false narratives and to support illegal actions. Thus, we understand that cognitive linguistics, as a theoretical perspective, encourages critical reading, helping readers become less susceptible to consuming/feeding the disinformation chain.

Key-words: Misinformation; Golpeflix; Cognitive linguistics; Valence.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 01 - Taxonomia da busca da verdade OCDE Truth Quest Survey	14
Imagem 02 – Gráfico de classificação da notícia quanto à autoria e intencionalidade danosa, elaborado pela OCDE	15
Imagem 03 - Exemplo de desinformação classificada como contexto enganoso/distorção contextual	16
Imagem 04 - Exemplo de desinformação classificada como propaganda	17
Imagem 05 - Exemplo de desinformação classificada como sátira	18
Imagem 06 - Exemplo de desinformação classificada como <i>dis-informação</i>	20
Imagem 07 - Exemplo de desinformação classificada como <i>mis-informação</i>	21
Imagem 08 - Mensagem de texto 1	29
Imagem 09 - Transcrição textual da imagem 08	29
Imagem 10 - Mensagem de texto 2	36
Imagem 11 - Mensagem de texto 3	40
Imagem 12 - Exemplo desinformação classificada como <i>mis-informação</i>	50
Imagem 13 - Exemplo desinformação classificada como <i>mis-informação</i>	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 INTERAÇÃO, <i>FAKE NEWS</i> E LINGUÍSTICA COGNITIVA	13
2 BREVE APRESENTAÇÃO DO <i>CORPUS</i> E DOS CONCEITOS TEÓRICOS QUE CONDUZIRAM AS ANÁLISES SINTÁTICAS E SEMÂNTICAS	24
3. DAS ANÁLISES E DISCUSSÕES	29
3.1 IMAGEM DE TEXTO 1.....	29
3.2 IMAGEM DE TEXTO 2.....	36
3.3 IMAGEM DE TEXTO 3.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	50

INTRODUÇÃO

“O problema da gente, eu acho, não é o excesso de informação, é a falta de filtros”
(Silvio Meira, 2020).

Após a divulgação do segundo turno das eleições presidenciais de 2022, a qual resultou na vitória apertada do candidato Luís Inácio Lula da Silva (com 50,90%¹ dos votos válidos), se dissiparam, pelo país, diversos protestos de pessoas insatisfeitas com o resultado. A mobilização desses protestos se deram, principalmente, através da interação nas redes sociais, por meio, principalmente, do disparo em massa de mensagens de vídeos, de áudios e de textos com diversos tipos de desinformações.

Essa interação, motivada pela troca de mensagens, foi tão grande que conseguiu gerar um resultado/ação no mundo - isto é, mobilizou pessoas a ficarem dias, semanas e até meses acampadas na frente dos quartéis, em diversas cidades do país, reivindicando um ato ilegal das Forças Armadas: que eles tomassem o poder e dessem um golpe de Estado. O auge desse processo aconteceu no dia 08 de janeiro de 2023, há apenas 8 (oito) dias depois do atual presidente assumir o mandato e subir a rampa do Planalto para receber a faixa presidencial das mãos de pessoas comuns (já que seu antecessor se recusou a participar da cerimônia oficial e a cumprir com a tradição simbólica de entregar o poder ao vencedor da eleição presidencial). Vimos pessoas – cidadãos brasileiros - atacando e depredando prédios públicos, mais especificamente as sedes dos três Poderes da República, em Brasília, em uma clara tentativa de causar um clima disruptivo e provocar a quebra da normalidade e da ordem democrática do país.

Desse período, que seguiu da data de divulgação do resultado das eleições presidenciais de 2022 (31/10/22) e os eventos que ocorreram no dia 08 de janeiro de 2023, a agência de notícias Aos Fatos (2024) conseguiu monitorar e reunir em um acervo de dados, um conjunto de 119 mil imagens de texto, 25 mil áudios e 321 vídeos, que circularam nas principais redes sociais do país e que se encontram disponíveis para acesso público no site *Golpeflix*².

¹ ELEIÇÃO para Presidente. **Portal TSE**, Brasília/DF, publicado em 31 out. 2022. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/100-das-secoes-totalizadas-confira-como-ficou-o-quadro-eleitoral-apos-o-2o-turno>>. Acesso em 15 set. 2024.

² Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/golpeflix/>>.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um desdobramento do meu Plano de Trabalho como pesquisadora voluntária, no Projeto de Iniciação à Pesquisa (Pibic), intitulado: “Do 2º turno das eleições presidenciais de 2022 à tentativa de golpe de 8/1: uma análise à luz da Linguística Cognitiva de textos de *Fake News* que abalaram a democracia brasileira”, coordenado pelo Prof. Dr. Tiago de Aguiar Rodrigues.

A minha atuação no plano de trabalho original tinha como principal objetivo categorizar mensagens de textos oriundas do acervo do Golpeflix e compreender, à luz da Linguística Cognitiva, os discursos e as visões de mundo compartilhadas pelos enunciadores. Assim, a partir do contato com o banco de dados descrito, selecionamos 9 (nove) imagens de texto, as quais podem ser encontradas no Capítulo 2 (de uma série de nove), cuja temática versa sobre a possibilidade de decretação de uma intervenção federal pelos militares e/ou que a eleição presidencial de 2022 seria anulada, se a população ocupasse as ruas (Aos Fatos, 2024).

Diante do *corpus* selecionado, nós percebemos que, em alguns trechos das mensagens, havia a alternância da voz ativa para a voz passiva do verbo, assim como ocorriam algumas omissões de agentes semânticos participantes das cenas enunciativas. Diante desta constatação, surgiu-nos o seguinte problema de pesquisa: como as escolhas linguísticas, nos textos de desinformação, influenciam a construção de significado e contribuem para a disseminação de informações falsas?

No intuito de responder este problema de pesquisa, nós estabelecemos como objetivo geral, o de analisar as mensagens de texto disponíveis no capítulo 2 do site do Golpeflix, as quais foram colhidas nas primeiras 72 horas, após a divulgação do resultado do 2º turno da eleição presidencial de 2022 e que versam sobre a possibilidade de decretação de intervenção federal no país.

Este objetivo geral foi desdobrado em 4 (quatro) objetivos específicos. O primeiro consistiu em identificar os frames e as valências verbais dos textos; compreender as estratégias utilizadas na construção de sentido dessas mensagens (especialmente no tocante à ocultação dos participantes das cenas enunciativas); verificar se essas omissões influenciam na disseminação de informação(ões) falsa(s) e apontar se há relação desta estratégia com a facticidade do conteúdo, motivação do autor e/ou finalidade para a qual as mensagens foram criadas/compartilhadas.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de abordagem de natureza qualitativa, com enfoque exploratório, desenvolvido na modalidade documental (em sentido amplo), ou seja, não só “documentos impressos, mas sobretudo outros tipos de documentos, tais como

jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais” (Severino, 2007, p. 122) e, por conseguinte, mensagens de textos publicadas em redes sociais.

Para as nossas análises, nos amparamos nos aportes teóricos de Furtado da Cunha (2016), Ferrari (2016), Martelotta e Palomanes (2018), Gomes e Rodrigues (2019), especialmente no que concerne ao objetivo de identificar os *frames* e as valências verbais dos textos.

Por conseguinte, a relevância do presente estudo se justifica mediante o potencial de lesividade do fenômeno de desinformação, que pode contribuir para fomentar um sentimento de dúvida em diversas esferas da sociedade, como, por exemplo, gerando desconfiças em relação às instituições do país e pondo em risco a sua normalidade democrática (como ocorrido no dia 08 de janeiro de 2023).

Trata-se, portanto, de uma complexa teia que produz, dissemina, consome e se autoalimenta de desinformação, permeada por um processo de interação dos sujeitos (autor x leitor), parceiros conversacionais, cujas motivações de ordem semântica, pragmática e discursiva têm como principal objetivo convencer o leitor (Gomes; Rodrigues, 2019) e provocar uma ação/reação dele, nem que seja de ordem virtual, como compartilhar, reagir/curtir, comentar, engajar etc., e, assim, retroalimentar o sistema. De modo que, compreender esse fenômeno, incluindo as estratégias linguísticas presentes nesses textos, pode ajudar a nos tornar leitores mais críticos.

Este trabalho se divide, portanto, em três partes. No tópico 1, intitulado “Interação, *fake news* e Linguística Cognitiva”, iniciamos o estudo com uma tentativa de compreender o fenômeno da desinformação, utilizando, para isso, o auxílio da taxonomia elaborada pela OCDE (2024), que nos auxiliou com a categorização das mensagens do nosso *corpus* e que levou em consideração dois critérios principais: a intenção (do autor e de quem compartilha a mensagem) e a capacidade danosa (causar prejuízo) do texto. Na seção 2, apresentamos um breve resumo dos conceitos teóricos e metodológicos que conduziram as análises sintáticas e semânticas do trabalho. E, no ponto 3 (e suas subseções), apresentamos o *corpus* e desenvolvemos as análises. Por último, traçamos as considerações finais e listamos as referências bibliográficas utilizadas ao longo da pesquisa.

1 INTERAÇÃO, *FAKE NEWS* E LINGUÍSTICA COGNITIVA

As teorias linguísticas de base sociointeracional aduzem que é na interação social que se constroem as significações (Rodrigues, 2010; Marcuschi, 2002) e, por isso, posicionam a ação social como chave dos fenômenos sociocognitivos. Para Rodrigues (2010, p. 22), “a organização da conversação – o *locus* básico da linguagem – revela, de fato, a organização da interação e como os recursos linguísticos são modalizados pelas contingências interacionais”.

Pensando neste processo de interação social, dois fenômenos importantes da contemporaneidade tornaram-se fundamentais, tais como a revolução digital e a hiperconectividade, e facilitaram ainda mais a interação das pessoas, propiciada, sobretudo, por meio da dispersão de gêneros textuais que se tornaram populares nas redes digitais, tais como as mensagens de textos curtas (de até 280 caracteres)³, os *memes*, as charges, os *Gifs*, as figurinhas, isto é, toda sorte de textos dotados de recursos semióticos, compreendidos estes como qualquer aparato, tais como fontes, cores, texturas, movimentos, imagens, desenhos, linhas etc., usados de forma motivada para comunicar (Schöninger; Fadrique; Assmann, 2016). Nesse sentido, essas interações contribuem para a construção de discursos que influenciam na produção de versões públicas da realidade, capazes até de influenciar “mudanças radicais de comportamento dos atores sociais” (Bentes; Souza-Santos, 2023, p. 14).

Sobre interação, versões públicas da realidade e mudanças de comportamentos de atores sociais, Maturana e Varela (2003, *Apud* Rodrigues, 2010, p. 14) afirmam que “tendemos a viver num mundo de certezas, de solidez perceptiva não contestada, em que nossas convicções provam que as coisas são somente como as vemos e não existe alternativa para aquilo que nos parece certo”. Pesquisa recente elaborada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE (2024) vai ao encontro desta afirmação. O estudo simulou o ambiente das redes sociais e avaliou a capacidade de participantes de 21 países de identificarem diferentes tipos de conteúdo falso e/ou enganoso online (Meira; Pompéia, 2024, p. 2). O resultado da pesquisa sugere um dado preocupante: “Globalmente, as pessoas acertaram apenas 60% das vezes” (*Ibidem*). Exclusivamente no que tange aos participantes brasileiros, a mostra evidenciou uma taxa de acertos ainda mais baixa, de apenas 54%” (*Ibid*). Em outras palavras, o estudo demonstrou que os participantes

³ Os tweets do X, ex-Twitter.

brasileiros, em apenas 54% das vezes (um pouco mais da metade), conseguiram distinguir entre o conteúdo verdadeiro e o falso, realizado em um teste online. Segundo os pesquisadores Meira e Pompéia (2024, p. 6), os participantes brasileiros demonstraram dificuldades em identificar, principalmente, conteúdo de *dis-informação*, isto é, aquele que contém uma informação falsa e que foi criado e disseminado intencionalmente para enganar (*Ibidem*; OCDE, 2024).

Sobre essa classificação, no geral, as pessoas se acostumaram a chamar tudo (ou qualquer desinformação) de *fake news*, contudo, pesquisadores (de diferentes áreas de conhecimento) têm se dedicado a estudar este tema, em um esforço de defini-lo, de criar distinções e de buscar alternativas para mitigar seus efeitos (Mendonça *et al.*, 2023, p. 2). O estudo da OCDE (2024, p. 38), por exemplo, desenvolveu uma taxonomia própria em relação ao tipo de conteúdo avaliado/analísado, classificando-os em cinco tipos diferentes. São eles: **Contextual deception** (Contexto enganoso ou Distorção contextual, em *tradução livre*), **Propaganda**, **Satire** (Sátira), **Misinformation** (Mis-informação, em *tradução livre*) e **Disinformation** (Dis-informação, em *tradução livre*).

Vejamos a árvore de busca da verdade (taxonomia) elaborada pela OCDE (2024, p. 38):

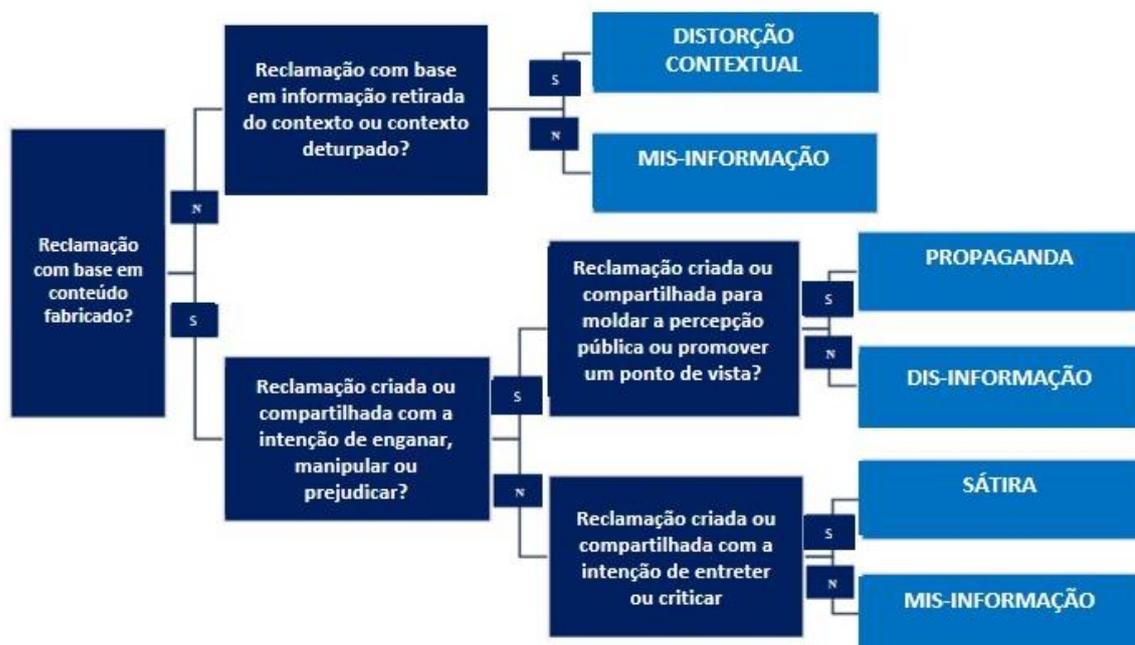


Imagem 01: Taxonomia da busca da verdade – OCDE Truth Quest Survey (2024, p. 38). **Fonte:** Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/92a94c0f-en>>. Acesso em: 12 ago. 2024. Tradução livre do original.

Em relação à autoria e no tocante à intencionalidade danosa, a OCDE (2024, p. 14) elaborou a seguinte taxonomia:

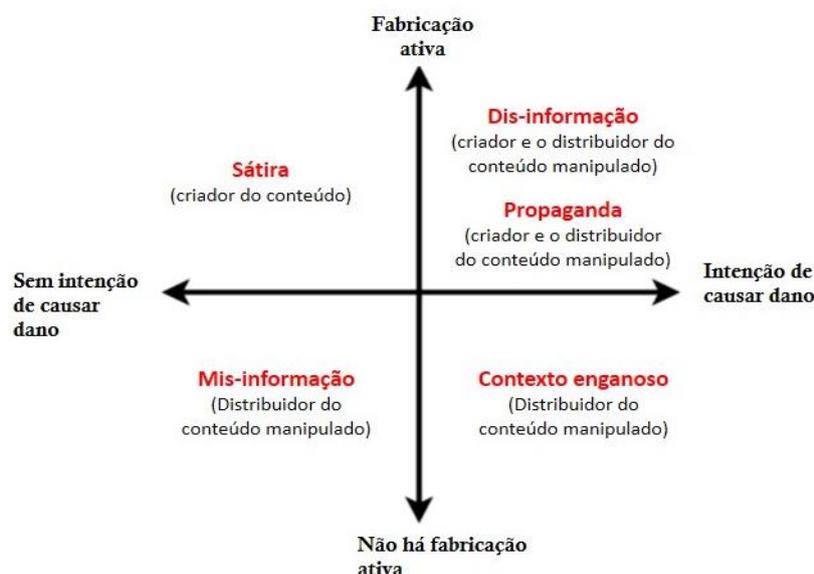


Imagem 02: Classificação da notícia quanto à autoria e intencionalidade danosa – OCDE Truth Quest Survey (2024, p. 14). Fonte: Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/92a94c0f-en>>. Acesso em: 12 ago. 2024. Tradução livre do original.

Vamos entender cada uma destas classificações:

A OCDE (2024) classifica como *contexto enganoso* ou *distorção contextual* quando o distribuidor do conteúdo utiliza-se de informação verdadeira, mas retira-a de seu contexto para criar uma narrativa enganosa (Meira e Pompeia, 2024, p. 4). A informação real ou verdadeira pode ser uma foto, um acontecimento etc., porém, foi retirada do seu contexto original com a intenção de enganar ou de causar dano.

Importante destacar que, de acordo com a taxonomia da OCDE (2024, p. 14), o contexto enganoso/distorção contextual é impulsionado pelo distribuidor (em *tradução livre*)⁴ ou, como preferimos chamá-lo, pelo *agente secundário*, isto é, aquela pessoa que já se contaminou com a teoria/narrativa falsa e, em sequência, dá continuidade ao espalhamento da desinformação, utilizando-se do artifício da descontextualização. Em se tratando de intencionalidade, a OCDE (2024, p. 14) entende que há a intenção de causar algum dano com a divulgação da publicação, podendo, inclusive, incluir discurso de ódio.

Os autores Meira e Pompeia (2024, p. 4) dão como exemplo desta categoria o uso de uma foto antiga, tirada em determinado contexto, mas em que o divulgador apresentando-a como recente, em um outro contexto. Do nosso *corpus*, por exemplo, nós selecionamos a

⁴ *Spreader*, no original (OCDE, 2024, p. 14). Ver imagem o original em inglês no Anexo (p. 51).

seguinte imagem que, a nosso ver, poderia ser categorizada como contexto enganoso/distorção contextual:



Não obstante o nível de detalhamento da taxonomia criada pela OCDE (2024), é importante mencionar a complexidade do ecossistema de desinformação (Meira; Pompeia, (2024) e a dificuldade em aplicá-la no caso concreto, pois podem surgir algumas particularidades passíveis de discussão. No exemplo acima, nós entendemos tratar-se de um exemplo de contexto enganoso/distorção contextual porque a imagem à esquerda (base para a mensagem à direita) – é real. Ela foi originalmente capturada pelo fotógrafo Isaac Nóbrega, no dia 07 de junho de 2022, durante uma entrevista do presidente Jair Bolsonaro ao programa Perspectivas, do SBT News (Menezes; Ribeiro, 2022).

O fato curioso é que esta fotografia foi postada por Bolsonaro, em sua conta oficial no Twitter/X, no dia 01 de dezembro de 2022, ou seja, meses depois que ela foi capturada (*Ibidem*). Na ocasião, Bolsonaro estava sem fazer discursos públicos desde o dia 02 de novembro (2022) e este silêncio e ausência de aparições públicas e/ou de pronunciamentos oficiais fomentaram todo tipo de desinformações (ou *fake news*) (*Ibid*). Além disso, a

postagem da foto ocorreu sem a publicação ou menção de qualquer legenda, por parte de Bolsonaro, dando margem a várias interpretações e estímulo a toda sorte de teorias e narrativas conspirativas, a exemplo da visualizada à direita da imagem acima.

Por conseguinte, em razão do autor se utilizar de uma imagem real (verídica), mas por contextualizá-la em uma situação diferente da qual ela foi originalmente registrada, criando uma narrativa e/ou contexto enganoso, a classificamos na categoria de desinformação por distorção contextual. Nas palavras de Meira e Pompeia (2024, p. 4), “esta categoria é particularmente insidiosa porque se baseia em fatos reais, mas os distorce através da descontextualização”, podendo incluir “a deturpação de fatos para apoiar a narrativa de alguém” (OECD, 2024, p. 37).

A segunda categoria é a *propaganda* e ocorre quando o conteúdo em questão é criado ou compartilhado com a intenção de moldar percepções públicas ou promover um ponto de vista. No relatório, a OCDE (2024, p. 37) define propaganda como sendo a “atividade ou conteúdo adotado e propagado por governos, empresas privadas, organizações sem fins lucrativos e/ou indivíduos para gerenciar atitudes, valores, narrativas e opiniões coletivas”, e que, embora possa conter elementos verdadeiros, ela é “frequentemente usada para atrair sentimentos e emoções do indivíduo ou do grupo social, em vez de ser informativo”. Ou seja, há uma intencionalidade de mexer ou manipular valores e opiniões coletivas, “apelando mais para emoções do que para fatos” (Meira; Pompeia, 2024, p. 4).

No tocante à autoria, ela pode envolver tanto o criador do conteúdo (agente primário), como o distribuidor (agente secundário). Um exemplo para ilustrar a presente categoria (mas que não foi retirado do nosso *corpus* inicial), advém da Secretaria de Comunicação do governo de Bolsonaro, divulgada no dia do agricultor, em 28/07/2021:



Imagem 04: Exemplo de desinformação classificada como *propaganda*, com base na taxonomia da OCDE (2024). **Fonte:** NO DIA do agricultor... **Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região**, São José dos Campos – SP, 29 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/n/5657/no-dia-do-agricultor-bolsonaro-usa-foto-de-homem-armado-em-homenagem>>. Acesso em: 07 set. 2024.

Se a intenção do autor for apenas a de entreter ou de fazer uma crítica, então a desinformação se classifica como *sátira*. Esta categoria envolve um conteúdo humorístico e pode se utilizar do exagero para criticar (Meira; Pompeia, 2024, p. 4), assim como de gêneros textuais como a charge, a caricatura, *memes* etc. Conforme Meira e Pompeia (*Ibidem*) afirmam, ela não é intrinsecamente enganosa, mas pode induzir a uma má interpretação ou reforçar sentimento ou emoção negativa em relação a determinada pessoa, instituição, grupo social etc.

O estudo da OCDE (2024, p. 37, *tradução livre*) aduz que “a sátira é uma importante forma de crítica social e política, usando humor e inteligência para chamar a atenção para questões da sociedade”⁵. Entretanto, em geral, o espectador reconhece o conteúdo como sátira, em parte, por conta da fonte/lugar de onde o conteúdo foi veiculado: por exemplo, quando a fonte é um jornal irônico ou um perfil de comédia de alguma rede social (*Ibidem*). No entanto, quando o conteúdo é compartilhado e recompartilhado, essa conexão entre a identidade do perfil/fonte e o texto, às vezes, pode se perder (intencionalmente ou não), podendo induzir os novos espectadores ao erro ou levá-los a uma interpretação capciosa do significado real do texto.

Selecionamos, do *corpus* investigado, um texto de desinformação que, a nosso ver, poderia ser classificado como sátira:



Imagem 05: Exemplo de desinformação, classificada como *sátira*, com base na taxonomia da OCDE (2024). **Fonte:** Não identificada – WhatsApp. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/golpeflix/#/capitulo/2/2>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

⁵ “Satire is an important form of social and political criticism, using humour and wit to draw attention to issues in society (...)”.

Confesso que, particularmente, tive dificuldade em encontrar um exemplo para ilustrar esta categoria, em razão das características (quanto à autoria/fabricação ativa e intencionalidade de causar dano) adotadas pela OCDE (2024, p. 14). A nosso ver, na representação gráfica da taxonomia, existe um equívoco, visto que na publicação original (Anexo), abaixo do nome *satire* (sátira), está somente o nome *creator* (criador, em *tradução livre*), dando a entender que a fabricação ativa da sátira recairia apenas sob o criador do conteúdo e não incluiria o divulgador/quem a espalha (*spreader*). Todavia, esta ausência não faz sentido, visto que na própria definição/explicação do termo, a OCDE (2024, p. 37) menciona ser importante a participação do divulgador da sátira (agente secundário), no processo de *desinformação*.

O segundo problema, a nosso ver, é no que concerne à intencionalidade (causar dano). No gráfico (taxonomia) da OCDE (2024, p. 14), está escrito “No intent to harm”, que, em tradução literal, seria *sem intenção de causar dano*. No entanto, a nosso ver, no ecossistema da desinformação (Meira; Pompeia, 2024, p. 3), sempre haverá uma intencionalidade danosa, nem que seja mínima, como a de constranger ou de causar algum embaraço, devendo este item sempre ser considerado. Se assim não fosse, a sátira, por si só, não poderia ser classificada como *desinformação*.

Na charge acima, por exemplo, a caricatura em si [cobra fumando] não produz em si um dano, mas a leitura simbólica desta charge possui um potencial lesivo que é: associar o símbolo da Força Expedicionária Brasileira (FEB) à tomada ou ameaça de tomada de poder, pelo Exército Brasileiro. Este símbolo surgiu, inclusive, durante a II Guerra Mundial, quando a FEB foi enviada para lutar na Itália, ao lado dos Aliados (Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos) (Franco, 2021).

Conforme o Museu do Expedicionário do Exército Brasileiro:

A expressão ‘a cobra vai fumar’ já era um ditado popular da época, que significava algo difícil de ser realizado, e, se acontecesse, sérios problemas poderiam surgir. Algumas pessoas começaram a usá-lo durante o início da 2ª Guerra Mundial, como uma provocação dos mais pessimistas à Força Expedicionária Brasileira, que diziam que ‘era mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na Guerra’. Com o envio de cerca de 25.000 militares para combater na Itália, a expressão tornou-se, então, símbolo da FEB (Museu do Expedicionário do Exército Brasileiro, 2024, s.p.).

Sendo assim, na charge acima, incute-se a ideia de que o Exército será convocado e tomará o poder, por meio de uma intervenção federal. Ratificando, portanto, uma intenção danosa tanto na produção dessa charge, quanto no seu (re)compartilhamento.

Por sua vez, a *dis-informação* ocorre quando o conteúdo publicado é comprovadamente falso ou enganoso, e o propósito da sua criação e/ou compartilhamento visa auferir lucro, vantagens econômicas ou tem o fim de enganar, manipular ou causar danos a terceiros, a um grupo social, a uma organização ou um país (OCDE, 2024, p. 37). Para Meira e Pompéia (2024), este é o pior tipo, pois combina informação deliberadamente falsa com uma intenção danosa.

Trata-se, portanto, de uma desinformação mais sofisticada, isto é, detalhada ou trabalhada, podendo incluir notícias falsas fabricadas, isto é, aquelas que contêm não só um conteúdo falso, mas também um *design* atrativo (com elementos semióticos pensados para este fim) e/ou até que façam uso de inteligência artificial para a produção de *deepfakes*⁶, manipulação de imagens e/ou de vozes etc.

Além disso, na *dis-informação*, em geral, o criador financia, custeia ou se utiliza de campanhas coordenadas de divulgação e de impulsionamento pago/algorítmico (como no caso do tráfego pago oferecido pelas principais redes sociais) para ampliar o alcance da desinformação. Nesse sentido, a *dis-informação* inclui, no seu processo, tanto o criador quanto o divulgador do conteúdo, bem como é marcada pela intencionalidade danosa e/ou lucrativa, de qualquer espécie (OCDE, 2024, p. 37).

Abaixo, um exemplo desinformação categorizada como *dis-informação*:



Imagem 06: Exemplo desinformação, classificada como *dis-informação*, com base na taxonomia da OCDE (2024). **Fonte:** Não identificada – WhatsApp. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/golpeflix/#/capitulo/2/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

⁶ “Deepfake é uma técnica que permite alterar um vídeo ou foto com ajuda de inteligência artificial (IA)” (O QUE É deepfake... **g1**, [s.l.], 28 fev. 2024. Tecnologia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/02/28/o-que-e-deepfake-e-como-ele-e-usado-para-distorcer-realidade.ghtml>>. Acesso em: 23 set. 2024.

Um registro pertinente sobre a classificação da OCDE (2024) e a escolha da mensagem acima: embora inicialmente a mensagem mencione instrumentos jurídicos factíveis, como a previsão legal do art. 142 da Constituição Federal, a menção sobre a possibilidade de intervenção militar, bem como cite o processo de intervenção federal, o desdobramento dessas ações com base nesses argumentos jurídicos constrói uma narrativa inconstitucional, disfarçando o que realmente é ou o que realmente se trata, isto é, a narrativa de um golpe de Estado.

Nas discussões dos nossos resultados, demonstramos isso com mais detalhamento. Por ora, é importante distinguir a *dis-informação* da *distorção contextual*: primeiro, podemos perceber que o texto foi intencionalmente produzido e ilustrado com elementos semióticos, utilizados com o fim de chamar a atenção do leitor. Em segundo, apesar de o autor fazer menção/citar instrumentos factíveis, ele inclui deliberadamente informações falsas, construindo uma narrativa igualmente inidônea, cujo fim é dar uma aparência legal a uma ação inconstitucional.

E, por último, tem-se a *mis-informação*, a qual, na opinião de Meira e Pompéia (2004, p. 4), é a “prima menos maliciosa da desinformação”, pois dispensa a intencionalidade. Inicialmente ela é fomentada por um conteúdo falso ou enganoso (isto é, *dis-informação*), mas o agente secundário (*spreader*) a compartilha sem a intenção de causar dano, por mera ignorância ou induzimento ao erro (*Ibidem*). Todavia, seus efeitos também podem ser igualmente danosos.

O divulgador compartilha a informação falsa porque genuinamente acredita na veracidade desta, ademais ele não cria, nem fabrica o conteúdo inicial da desinformação, ele apenas age como uma espécie de bobo da corte.

Abaixo, um exemplo de mensagem categorizada como *mis-informação*:

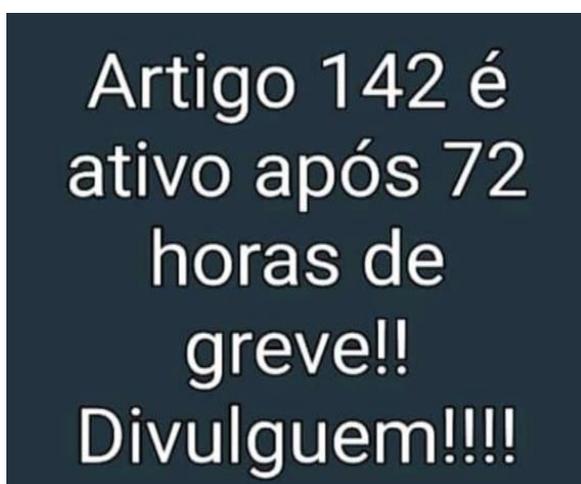


Imagem 07: Exemplo desinformação, classificada como *mis-informação*, com base na taxonomia da OCDE (2024).
Fonte: Não identificada – WhatsApp. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/golpeflix/#/capitulo/2/2>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Podemos perceber, portanto, que, para classificar a desinformação, dois eixos são importantes: veracidade do conteúdo e propósito (tanto do autor do conteúdo, quanto de quem compartilha a informação). Esses dois direcionamentos coincidem com os estudos de Tandoc Jr., Lim e Ling (2017, p. 147-148). Conforme os autores, existem dois núcleos estruturantes no âmago do fenômeno da desinformação: um problema quanto à **facticidade do conteúdo publicado** e outro quanto à **intencionalidade** por trás da veiculação.

Neste processo de desinformação, muitas vezes as mensagens partem de um conteúdo factível, mas são narradas ou manipuladas de uma maneira que permitem ludibriar, induzir ou confundir o leitor, ou até mesmo alimentar o desenvolvimento de linhas de pensamento ficcionais, que não se baseiam em evidências, fatos ou conhecimentos prévios, nem tampouco são validadas por fontes formais ou confiáveis de informação. Em simultâneo, a desinformação pode também estar ou não vinculada a uma intencionalidade danosa ou lucrativa. Sem embargo, é comum que sua intenção seja a de causar influência social, ludibriar ou enganar leitores, ou de manipular suas opiniões para um fim específico.

Meira e Pompéia (2024, p. 2) afirmam que a “linha entre o real e o fabricado está se tornando cada vez mais tênue, exigindo de nós um nível de discernimento e pensamento crítico sem precedentes”, o que pode, inclusive, repercutir na construção do nosso conhecimento, de modo que refletir sobre este fenômeno é fundamental.

Nesse sentido, o desenvolvimento de um pensamento crítico que auxilie na leitura e no combate aos textos de desinformação perpassa, também, pelo conhecimento das funções sintáticas e dos papéis semânticos nos textos que veiculam desinformação, auxiliando a compreensão das motivações cognitivo-pragmáticas presentes em torno dos textos.

Martelotta e Palomanes (2018, p. 179) aduzem que os processos de pensamento estão subjacentes “à utilização de estruturas linguísticas e a sua adequação aos contextos reais nos quais essas estruturas são construídas”. Consequentemente, o pensamento crítico perpassa pela habilidade de identificar como um texto materializa a desinformação na sua superfície, a partir da distribuição sintática prototípica dos personagens convocados no enunciado – isto é, na posição de Sujeito (S) + Verbo (V) + Objeto (O). Ou seja, é importante questionar como essa distribuição sintática atribui papéis semânticos a esses personagens; e como esses papéis levam as pessoas a construir uma visão particular de mundo e a agir nele (pragmática).

No *corpus* coletado, detectamos que as motivações de ordem semântica, pragmática e discursiva (Gomes; Rodrigues, 2019) tinham como principal objetivo convencer os leitores – apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro – a irem às ruas, sob o argumento de que, desta

forma, o então presidente poderia convocar o “art. 142”, da Constituição Federal, e, com isso, uma intervenção militar (e, conseqüentemente, um golpe de Estado) seria decretado. Logo, chamou-nos a atenção como um dispositivo legal foi convocado no texto como se um agente humano fosse, quando, na verdade, se trata apenas de uma leitura inconstitucional deste dispositivo, sem fundamentação jurídica que a legitime, maculando, desta forma, a facticidade do conteúdo e se configurando a *dis-informação*.

Assim, nós nos propomos, inicialmente, diante do *corpus* coletado do banco de dados do Golpeflix (2024), a identificar os textos de desinformação que poderiam ser classificados como *dis-informação*. Em seguida, procuramos analisar como as funções sintáticas e os papéis semânticos dos termos foram demandados nos respectivos textos, a fim de contar uma história e influenciar o comportamento do leitor/destinatário da mensagem.

Para isso, o nosso foco partiu da observação do comportamento dos verbos nos textos, especialmente daqueles que indicassem as ações que (supostamente) aconteceriam, após a decretação de uma intervenção militar no Estado brasileiro. Percebemos, então, neste exercício, a adoção da voz ativa, mas em momentos cruciais do texto, os quais serão detalhados no capítulo das análises (e os quais coincidem, em alguns casos, com a inserção da informação não factível), altera-se para a voz passiva, como em: “O Congresso e o Supremos são desfeitos” ou “Será instaurado o Tribunal Militar (...)”, sem, contudo, informar em tais enunciados os agentes responsáveis por tais ações, o que sinaliza que a estrutura gramatical se adapta em decorrência das variabilidades do discurso e impactam na representação cognitiva da história contada (Gomes; Rodrigues, 2019, p. 14).

É o que esperamos, por conseguinte, demonstrar nas análises adiante. Não sem antes, primeiramente, apresentar o *corpus* e procedimentos metodológicos que contribuíram para as discussões propostas.

2 BREVE APRESENTAÇÃO DO *CORPUS* E DOS CONCEITOS TEÓRICOS QUE CONDUZIRAM AS ANÁLISES SINTÁTICAS E SEMÂNTICAS

A presente pesquisa é fruto de um trabalho, como pesquisadora voluntária, do projeto de iniciação à pesquisa (Pibic), intitulado: “Do 2º turno das eleições presidenciais de 2022 à tentativa de golpe de 8/1: uma análise à luz da Linguística Cognitiva de textos de *Fake News* que abalaram a democracia brasileira”, coordenado pelo Prof. Dr. Tiago de Aguiar Rodrigues, cujo objetivo visa categorizar mensagens que defendiam a tentativa de golpe de Estado do dia 8/1, e compreender, à luz da Linguística Cognitiva, os discursos e as visões de mundo compartilhadas por estes enunciadores.

As mensagens de texto analisadas advieram do banco de dados do *Golpeflix*⁷, organizado pela agência de notícias Aos Fatos (2024), segundo o qual se integram neste acervo 119 mil imagens, 25 mil áudios e 321 vídeos, compartilhados nas redes sociais monitoradas pela agência, entre o resultado das eleições e os eventos do dia 08 de janeiro de 2023. Neste trabalho, no entanto, nós nos limitamos a analisar as imagens de texto contidas no Capítulo 2 (como o *site* denomina)⁸.

Importante ressaltar que o *Golpeflix* não menciona como as mensagens de texto foram capturadas, mas apenas de qual rede social provieram (*WhatsApp*, X, Instagram etc.). Destaca-se ainda que todos os materiais coletados eram de caráter público e viralizaram nas redes sociais no período mencionado.

Sobre o teor e a temática das amostras reunidas nesta pesquisa, elas basicamente versam sobre o pedido de Intervenção Federal, após os resultados das eleições presidenciais de 2022 (Aos fatos, 2024). Nesta aba do *site* (capítulo 2), podem ser encontrados, ao todo: doze arquivos de vídeos, nove arquivos de imagens de texto e oito arquivos de áudios. Consoante ao mencionado anteriormente, este TCC irá se ater em **três amostras** de mensagens (texto) de *mis-informação*, classificadas desta forma por, em nossa análise, conterem informações não factíveis e por ser possível detectar uma intencionalidade danosa com a divulgação/publicação da respectiva mensagem (OCDE, 2024).

⁷ Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/golpeflix/>>.

⁸ É o segundo capítulo de uma série de nove. Este, em específico, recebe o título de: “Do silêncio ao apoio” e é introduzido com o seguinte texto: “O silêncio de Bolsonaro abriu espaço para teorias golpistas reforçadas há anos entre seus apoiadores, como a de que a Constituição permitiria a ‘intervenção’ ou que a eleição seria anulada em 72 horas, se a população ocupasse as ruas – ambas falsas” (Aos Fatos, 2024). É sobre esta temática que as mensagens selecionadas abordam.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de abordagem de natureza qualitativa, visto que seu direcionamento investigativo permite-nos a elaboração de correlações entre dados empíricos, resultados e aspectos teóricos, possibilitando testar ideias e hipóteses (Gil, 2008).

Quanto ao enfoque, tem-se uma pesquisa exploratória, que se desenvolveu na modalidade documental, entendendo-se por documento no sentido amplo, ou seja, não só “documentos impressos, mas sobretudo outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais” (Severino, 2007, p. 122) e, por conseguinte, mensagens de textos publicadas em redes sociais. Ressalta-se que, consoante Severino (*Ibidem*, p. 123), em tais casos, “os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise”.

A escolha desta abordagem e enfoque se justifica porque a nossa pesquisa se iniciou a partir da observação e da análise dos dados, isto é, das mensagens de texto disponibilizadas no banco de dados do Golpeflic, mais especificamente a partir da observação das valências dos verbos encontrados naqueles textos. Neste primeiro contato, percebemos que, em alguns pontos, havia a alternância entre a voz ativa e a voz passiva dos verbos, bem como a presença e omissão de alguns participantes/argumentos da cena enunciativa criada pelo respectivo verbo, despertando-nos a seguinte hipótese: haveria alguma relação entre a disposição e a presença/ausência desses argumentos, especialmente quando da topicalização do paciente (isto é, quando o objeto do verbo ocupa a relação gramatical de sujeito) e a desinformação?

Ferrara (2007, p. XII) aduz que o trabalho científico é uma “descoberta da arquitetura reflexiva presente em toda investigação”, uma espécie de trabalho artístico do pesquisador que se esforça, ao longo de todo o processo investigativo, para revelar as dimensões invisíveis, submersas, múltiplas, sensíveis, complexas, cujo fruto resulta na compilação de uma hipótese, por meio de uma montagem metodológica, com o fim de responder uma pergunta de pesquisa (*Ibidem*).

Da amostra coletada no banco de dados do Golpeflic (nove arquivos de imagens de texto) e nos baseando na taxonomia da OCDE (2024), categorizamos o *corpus* da seguinte forma:

- 1 mensagem cujo conteúdo se classifica como distorção contextual (vide imagem da p. 14)
- 1 mensagem cujo conteúdo se classifica como sátira (vide imagem da p. 16);
- 3 mensagens cujo conteúdo se classifica como *mis-informação* (uma imagem na p. 19 e as outras duas no Anexo);

- 4 mensagens classificadas como *dis-informação*, sendo 3 dispostas no capítulo de análises (a seguir), e a 4ª (não analisada) disposta na p. 18.

Importante mencionar aqui o porquê de a 4ª mensagem não ter sido incluída no capítulo de resultados. O principal motivo se deve ao conteúdo, o qual é praticamente idêntico ao da mensagem de texto/imagem nº 8 (conforme se poderá constatar mais adiante). A segunda razão é devido ao limite de páginas, exigidas pela Coordenação do curso, para o Trabalho de Conclusão (TCC). Desta forma, optamos por dar preferência às análises das mensagens, cujos textos eram mais desenvolvidos, fechando, ao final, um total de **3 amostras**.

A partir do *corpus* selecionado, optamos por centrar o olhar, numa perspectiva sintática, nos verbos e nos sujeitos dos enunciados. Entendendo-se, do ponto de vista sintático, sujeito como o termo com que o verbo estabelece concordância de número e pessoa. Em consonância com Gomes e Rodrigues (2019, p. 15), no português brasileiro (PB), a ordem prototípica dos participantes das cenas enunciativas é SVO, sendo (S) o sujeito, seguido do verbo (V) e, depois, o seu Objeto (O). Nesta ordem, há a prevalência de uma voz ativa do verbo, em que o sujeito é topicalizado, isto é, ele é demandado (semanticamente) a praticar a ação do verbo. Destarte, essa ordem prototípica confere ao sujeito a tendência de ser o tópico da informação da cena verbal compartilhada (*Ibidem*).

O verbo, por sua vez, é o principal componente semântico da transitividade (Mattia-Vivies, 2009, p. 94), compreendendo por transitividade aquilo “que se transmite”, que “denota a transferência de uma atividade de um agente para um paciente” (Furtado da Cunha, 2006, p. 117). Em alguns pontos das mensagens golpistas analisadas, houve, portanto, a alternância da topicalização, alterando-se a ordem prototípica (SVO), e o paciente passando a anteceder o verbo, com a função de *sujeito paciente*, mas sem, contudo, o sujeito exercer a função de *agente da passiva*.

Não obstante, do ponto de vista sintático, o *agente da passiva* não é um termo obrigatório da sentença na voz passiva do verbo, sendo possível, entretanto, pressupor que exista um agente responsável pela ação, como, por exemplo, em: “Será instaurado o TRIBUNAL MILITAR (...)”⁹, pressupõe-se que exista um agente responsável por instaurar o respectivo Tribunal Militar.

Gomes e Rodrigues (2019, p. 16) aduzem que a “presença/ausência de argumentos e participantes está diretamente atrelada ao conceito de **valência verbal**” (**grifo** no original),

⁹ Aos Fatos, 2024 (destaque em letras garrafais como no original).

que pode ser de ordem semântica (**valência semântica**) – quando se refere aos *participantes* (agente, paciente, experienciador etc.) da cena criada pelo verbo; ou de ordem sintática (**valência sintática**) – quando “se refere à quantidade de *argumentos* (sujeito e objetos) que um verbo frequentemente expressa em seus usos (*Ibidem*, grifo no original).

A nossa pretensão foi averiguar se, nos textos analisados, o enunciador optar por omitir (ou não) certos participantes da cena enunciativa tinha alguma relação com a factibilidade do conteúdo, bem como com a motivação e a finalidade para a qual as mensagens foram criadas/compartilhadas. Esta preocupação em estudar, por conseguinte, uma relação entre texto, pensamento e experiência justifica a nossa escolha pela abordagem da Linguística Cognitiva no nosso trabalho.

Entender a perspectiva da Linguística Cognitiva (LC) e compreender por que essa visão teórica é a mais adequada para a discussão que propomos sobre desinformação (bem como para as nossas análises), é um ponto fundamental. Segundo Geeraerts (1995, p. 111-112 *Apud* Ferrari, 2016, p. 15), os seguintes aspectos adquirem especial interesse para a Linguística Cognitiva:

[...] a categorização nas línguas naturais (prototipicalidade, polissemia sistemática, modelos cognitivos, imagética mental e metáfora); os princípios funcionais da organização linguística, tais como iconicidade e naturalidade; a interface conceptual entre sintaxe e semântica, nos moldes explorados pela Gramática Cognitiva e pela Gramática de Construções; a base experiencial e pragmática da língua em uso e a relação entre linguagem e pensamento, incluindo questões sobre relativismo e universais conceptuais (Geeraerts, 1995, p. 111-112 *Apud* Ferrari, 2016, p. 15),

Assim, a interface entre sintaxe e semântica, bem como a língua em uso (pragmática) e pensamento, no que corresponde aos mecanismos de construção de sentidos, (incluindo, como citado, a imagética mental), envolvem a abordagem cognitivista. Para esta perspectiva linguística, a linguagem é modalizada pelas contingências interacionais, “não há significados prontos, mas mecanismos de construção de sentidos a partir de dados contextuais essencialmente ricos e dinâmicos” (Martelotta; Palomanes, 2018, p. 179).

No nosso entendimento, ela é a que melhor se aplica à fundamentação do nosso *corpus*, uma vez que as mensagens de texto selecionadas advieram todas de contextos de interação das redes sociais e dado que são textos de *dis-informação*, ou seja, são textos dotados de intencionalidade, com um fim de produzir dano ou lucro. Para alcançar o fim almejado e utilizando a cognição do leitor como meio, eles precisam convencer, sensibilizar, provocar raiva, indignar, gerar compartilhamento etc.

Por isso que, confirmando os resultados do estudo da OCDE (2024), as *fake news*, ou melhor, os **textos de desinformação**, fazem tanto sentido para muita gente, demonstrando a dificuldade delas em conseguir distinguir entre conteúdo verdadeiro e falso, especialmente conteúdo de *dis-informação* (Meira; Pompéia, 2024; OCEDE, 2024), pois, neste processo de interação das mensagens, ativa-se (ou não) diferentes *frames*, outro conceito trabalhado na Linguística Cognitiva, que consistem em: “estruturas do conhecimento que estão armazenadas na memória permanente, o que permite aos usuários da língua interpretar sempre mais informação do que a codificada na forma linguística” (Gomes; Rodrigues, 2019, p. 18).

Por essa razão, justificamos a escolha desta perspectiva teórica para fundamentar as análises do *corpus*, as quais se iniciaram, como informado, a partir da observação das valências dos verbos e dos papéis semânticos dos enunciados.

Nas análises e discussões apresentadas a seguir, tentamos expor, mais detalhadamente, como se deu este processo.

3. DAS ANÁLISES E DISCUSSÕES

Iniciamos este tópico, apresentando a primeira mensagem selecionada do banco do GOLPEFLIX:

3.1 IMAGEM DE TEXTO 1

<p>Peçam INTERVENÇÃO FEDERAL!!! Compartilhem essa informação.</p>	<p>Peçam INTERVENÇÃO FEDERAL!!! (Linha 1) Compartilhem essa informação. (Linha 2) O NOSSO CAPITÃO ESTÁ ESPERANDO!!! (Linha 3) Temos 72h (linha 4)</p> <p>Artigo 142 X Precisa de aprovação do Congresso (Linha 5) Não passará pela aprovação dos parlamentares!!! (Linha 6)</p> <p>INTERVENÇÃO MILITAR X OS MILITARES, a pedido do POVO, tomam as ruas. (Linha 7) O congresso e o Supremo Tribunal são desfeitos. (Linha 8) O presidente da república permanece mais 3 meses no poder (linha 9) Após 3 meses é convocada uma nova eleição, em que o presidente fica proibido de concorrer (linha 10)</p> <p>INTERVENÇÃO FEDERAL ✓ Os militares a pedido do povo, tomam as ruas. (Linha 11) O congresso e o supremo tribunal são desfeitos (linha 12) O presidente da república permanece no poder sem necessidade de uma nova eleição, até o término do seu mandato (linha 13) O presidente PODERÁ concorrer nas novas eleições (linha 14) Será instaurado o TRIBUNAL MILITAR, com poderes acima do STF, que poderá destruir os ministros. (Linha 15)</p> <p>Vamos voltar as ruas BRASIL (linha 16)</p>
<p>O NOSSO CAPITÃO ESTÁ ESPERANDO!!! Temos 72h</p> <p>Artigo 142 X Precisa de aprovação do Congresso Não passará pela aprovação dos parlamentares!!!</p> <p>INTERVENÇÃO MILITAR X OS MILITARES, a pedido do POVO, tomam as ruas. O congresso e o Supremo Tribunal são desfeitos. O presidente da república permanece mais 3 meses no poder Após 3 meses é convocada uma nova eleição, em que o presidente fica proibido de concorrer</p> <p>INTERVENÇÃO FEDERAL ✓ Os militares a pedido do povo, tomam as ruas. O congresso e o supremo tribunal são desfeitos O presidente da república permanece no poder sem necessidade de uma nova eleição, até o término do seu mandato O presidente PODERÁ concorrer nas novas eleições Será instaurado o TRIBUNAL MILITAR, com poderes acima do STF, que poderá destruir os ministros.</p> <p>Vamos voltar as ruas BRASIL</p>	

Imagem 08: Mensagem de texto 1. **Fonte:** Não identificada – WhatsApp. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/golpeflix/#/capitulo/2/2>>. Acesso em: 20 mar. 2024. **Imagem 09:** Transcrição da imagem 08. **Fonte:** Autoria própria.

Para realizarmos as propostas, começamos por agrupar os verbos e a observar suas valências.

Peçam INTERVENÇÃO FEDERAL!!! (Linha 1)

Da forma como está construída esta sentença, a gramática tradicional classificaria este verbo como transitivo direto (VTD), no modo imperativo, o qual indica um comando ou ordem.

Sob a perspectiva da linguística cognitiva, é preciso analisar as valências – sintática e semântica - deste enunciado. A estrutura argumental parte das expectativas desencadeadas pelo verbo (Furtado da Cunha, 2006, p. 116). Assim, neste caso, o predicado evoca três participantes: quem dá a ordem ou faz a solicitação (o autor da mensagem) + a pessoa para quem a ordem é direcionada (o leitor/apoiador de Bolsonaro) + a ordem (objeto direto).

Logo, se percebe que, nesta cena enunciativa, o verbo **pedir** atende a sua forma prototípica. Além disso, o enunciado também respeita a ordem (S)VO, ou seja, os elementos obrigatórios – sujeito (que se encontra subentendido na desinência número-pessoal)/verbo/seguido do seu complemento – estão presentes nesta ordem.

O uso prototípico do verbo *pedir*, neste exemplo, contribui para a imagética mental do leitor, ou seja, como está posto, o frame da cena verbal cria uma expectativa de *se pedir algo* e de *se receber o que se pede*. Contudo, **intervenção federal** é uma medida jurídica, cuja regência adequada do verbo, nesta situação, seria uma menos prototípica: “**pedir por**”.

Esta regência não prototípica provoca uma ideia de distanciamento entre o agente (sujeito) e o argumento do verbo (objeto), pois “**pedir por algo**” representa uma ação que não depende apenas do papel desempenhado pelo agente que topicaliza a ação verbal. Neste caso, é convocado outro argumento/participante (que pode, por deliberação, ser omitido da cena enunciativa): a pessoa para quem o pedido será direcionado (e a quem cabe a decisão de entregá-lo/realizá-lo ou não).

“**Peçam por intervenção federal a _____**”. Esta seria, portanto, a regência adequada, visto que (como detalharemos adiante), trata-se de uma medida jurídica que, para ser aplicada como corresponde à Constituição Federal (CF), exige-se um rito procedimental, dentre o qual, a submissão do pedido para apreciação do Congresso Nacional (Art. 34, da CF).

Destarte, do ponto de vista cognitivo-discursivo, quando o autor modifica a regência, ele está apontando para um processo de significação (Martelotta, 2018), construindo a ideia de que, para que ocorra uma “**intervenção federal**” (objeto final do pedido), basta pedir, desconsiderando a existência de qualquer intermediação desta ação.

Analisemos outro exemplo do texto, o enunciado da linha 4:

Temos 72h (linha 4)

Da forma como está construído o enunciado, a gramática tradicional classificaria este verbo como transitivo direto (VTD), no presente do indicativo, conjugado na 1ª pessoa do plural (nós). Desta maneira, indica a inclusão do enunciador na ação do verbo e cria entre ele e o leitor um vínculo de posse (algo que ambos compartilham em comum).

Do ponto de vista cognitivo, a estrutura argumental deste verbo evoca três participantes: o autor e o leitor + o elo em comum entre eles (objeto de sua posse), isto é, o prazo de 72 horas (objeto direto). Porém, a posse (72h) é eminentemente metafórica, isto é, não material, como ocorre no protótipo: “Eu tenho uma casa”.

Logo, entende-se que, nesta cena enunciativa, o verbo **ter** atende a sua forma prototípica e respeita a ordem (S)VO, em que: o sujeito é indicado pela desinência número-pessoal + verbo (temos) + objeto (prazo de 72 horas), ou seja, os elementos obrigatórios – sujeito / verbo / seguido do seu complemento – estão presentes nesta ordem.

A disposição do verbo na 1ª pessoa do plural inclui o leitor na cena enunciativa. Percebe-se que este tem sido demandado, constantemente, pelo autor: sendo solicitado a pedir, a compartilhar, e agora é criado um vínculo direto entre ele e o enunciador, demandando uma atividade conjunta, que irá se confirmar, mais adiante, na linha 16. Esta articulação de valências, associada a esta cooperação decorrente da interação autor – leitor, resulta em operações de projeção e transferência de domínios entre os participantes (Martelotta; Palomanes, 2018).

Importante fazer algumas considerações quanto ao conteúdo jurídico mencionado nestes primeiros enunciados. O instituto da **intervenção federal** é uma medida jurídica, prevista no art. 34, da Constituição Federal (CF), no qual o texto constitucional autoriza a União, em determinadas situações restritas e expressas, a intervir em outro ente federado, como um estado e/ou o Distrito Federal (DF).

As hipóteses em que o Presidente da República pode decretar de ofício (sem ser provocado) uma Intervenção Federal são limitadas e visam: manter a integridade nacional (Art. 34, I, CF), repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra (Art. 34, II, CF), pôr termo a grave comprometimento da ordem pública (Art. 34, III, CF) e reorganizar as finanças de uma unidade da Federação (Art. 34, V, alíneas *a* e *b*, CF). Dentre essas previsões citadas, a única que serviria de pretexto para o então presidente, Jair Bolsonaro, decretar uma Intervenção Federal, após a divulgação do resultado da eleição presidencial de 2º turno, seria a com base no inciso III, do art. 34, da CF, isto é, “para *pôr termo a grave comprometimento da ordem pública*”.

É, portanto, com este intuito, que o enunciador conclama os leitores a “voltarem” (ocuparem) às ruas (linha 16) e “pedirem” por “Intervenção Federal” (linha 1), pois o objetivo era justamente causar “comprometimento da ordem pública”, a fim de justificar uma decretação de intervenção federal.

Voltando às análises das valências verbais, nas linhas 7 e 11, temos o verbo **tomar**:

OS MILITARES, a pedido do POVO, tomam as ruas (Linha 7).
--

Os militares a pedido do povo, tomam as ruas (Linha 11).
--

Da forma como está construída esta sentença, a gramática tradicional classificaria este verbo como transitivo direto (VTD), no presente do indicativo, conjugado na 3ª pessoa do plural. Os termos que concordam com o verbo (nos dois enunciados) são “os militares”, sendo, portanto, classificado (em ambos os casos) como sujeitos da oração.

Na perspectiva cognitiva, esta cena enunciativa contém alguns participantes, incluindo um adverbial de modo que intercala a oração principal. Porém, para os fins desta análise, vamos nos centrar apenas na oração principal: “**Os militares tomam as ruas**”. Conquanto, cabe refletir aqui (para não se deixar passar em branco) sobre o frame “povo” e fazermos a seguinte reflexão: a que “povo” o autor se refere? Quem seria esse “povo”? Considera-se “povo” apenas os eleitores de Bolsonaro?

Também é importante pontuar sobre o frame “**militares**”, que, no Brasil, tem um significado bastante abrangente, indo desde os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos estados federados, aos membros das Forças Armadas do Brasil composta pela Marinha, pelo Exército e pela Força Aérea Brasileira. Destarte, cabe perguntar: a quais militares o autor se refere?

Outro destaque é para o verbo “tomar”, que possui mais de um significado (polissêmico), mas, nesta estrutura argumental, vamos considerar duas possibilidades: a primeira no sentido de *apoderar-se, ocupar, apropriar-se, dominar*; e a segunda no sentido de *arrogar-se, chamar para si*.

Por último, evidenciamos o frame “rua”, que neste enunciado pode ter o sentido literal de *espaço físico* ou o metafórico, significando *poder político* ou *governo*. Dessa maneira, subentendendo-se que o autor esteja se referindo aos membros das Forças Armadas, em qualquer das cenas enunciativas sugeridas:

- *Cena 1*: Os militares ocupam/dominam/apropriam-se das ruas ou do poder político;
- *Cena 2*: Os militares arrogam-se/chamam para si o poder político.

“Os militares” são os agentes da ação verbal, ou seja, a ação evocada pelo verbo depende exclusivamente do papel semântico desempenhado pelo agente que topicaliza a ação (sujeito), tendo ele total controle sobre a cena.

O outro argumento convocado, isto é, “as ruas”, atua como um paciente submisso e a representação mental que ambas as cenas evocam é de uma ação violenta, cujo paciente em nada contribui para o resultado e nem se opõe a ele.

Na sequência das linhas 7 e 11, o autor da mensagem aduz que, depois de tomada as ruas, pelos militares:

“O congresso e o Supremo Tribubal (*sic*) são desfeitos” (Linha 8).

“O congresso e o supremo tribunal são desfeitos” (Linha 12)

Se olharmos para o sintagma “desfeito”, percebemos que este decorre do verbo *desfazer*, e, no enunciado, se encontra na forma nominal do particípio. Nesse sentido, na

cena enunciativa descrita, entendemos que algo existe (Congresso e o Supremo Tribunal) e que, em um segundo momento, deixarão de existir, porque são/serão desmontados ou alterados. Em outras palavras, no aspecto sintático da relação entre o predicado e os seus argumentos, houve a transferência do objeto (paciente) para a função/lugar do sujeito, topicalizando-o, através do processo de passivização da voz ativa do verbo (Gomes; Rodrigues, 2019), alterando a sua ordem prototípica.

Percebemos, porém, que houve uma redução de participantes nas cenas enunciativas. Como citado anteriormente, o agente da passiva não é um participante obrigatório do ponto de vista sintático, logo, não se trata de um argumento (Gomes; Rodrigues, 2019, p. 16). No entanto, não se pode deixar de notar uma diminuição do protagonismo de agentes que existiam na cena anterior e que, na sequência, deixaram de estar presentes, como é o caso do enunciado das linhas 7 e 11 (“*Os militares tomam as ruas*”) para o enunciado das linhas 8 e 12 (“*O congresso e o supremo tribunal são desfeitos*”).

Se, por conseguinte, no enunciado anterior “*Os militares*” são o tópico da ação enunciativa, assumindo o protagonismo de “tomar as ruas”; na segunda cena enunciativa, eles deixam de ser mencionados. Os órgãos (Congresso e Supremo Tribunal) sofrem a ação de serem desfeitos, mas sem ficar evidente os responsáveis por tal feito. Assim, além do processo de passivização, houve a diminuição da quantidade de participantes e a redução de alguns protagonismos. Nesta situação, pode-se dizer que o autor ajustou o papel dos participantes da cena enunciativa, diminuindo sua quantidade e reduzindo o protagonismo dos militares no segundo enunciado.

Semelhante processo de passivação é ainda observado em mais dois outros enunciados na mensagem de texto: um na linha 10 e outro na linha 15. Faremos, primeiro, algumas ponderações sobre o enunciado da linha 10:

Após 3 meses é convocada uma nova eleição, em que o presidente fica proibido de concorrer (Linha 10)

Notamos, portanto, explicitamente, a marcação da voz passiva através da locução verbal formada por um verbo auxiliar (*ser*) + verbo principal no particípio (convocar), denotando uma mudança na transitividade do verbo.

Conquanto se olharmos para o verbo “convocar”, a expectativa criada é de que *alguém* convoque *algo*. Esta é a ordem prototípica da voz ativa do verbo. Já na passiva, como mencionamos, a ordem prototípica requer o reposicionamento do argumento (objeto na voz ativa) para a função/posição de sujeito paciente na passiva; e o argumento sujeito (S) na voz

transitiva é deslocado para uma posição periférica, permitindo a sua omissão de cena (Gomes; Rodrigues, 2019, p. 17). Contudo, embora sintaticamente admissível a sua omissão, do ponto de vista discursivo, o texto possibilita a compreensão de que, em uma situação hipotética de intervenção militar, os militares ocupariam as ruas (linha 7), isto é, tomariam o poder político do país. Não obstante, com a omissão de cena do argumento sujeito (S) na passiva, pergunta-se: seriam os mesmos militares os responsáveis por desfazer o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, e, também, convocar as novas eleições?

Outra omissão, igualmente incômoda, também ocorre no enunciado da linha 15:

Será instaurado o TRIBUNAL MILITAR, com poderes acima do STF, que poderá destruir os ministros. (Linha 15)

Façamos, então, a mesma proposta de transitividade do verbo principal para o padrão prototípico de 3 partes (SVO): *alguém* instaura *algo*, no caso em específico, *alguém* instaura o tribunal militar. Mas, quem? Vejamos, então, o contexto do qual este enunciado foi recortado: fazendo uma leitura semiótica da imagem, o autor aduz que, em um cenário desejável de intervenção federal (assim entendido pelo **tick verde** posto ao lado da palavra), os militares tomariam as ruas (protagonistas), o Congresso e o Tribunal seriam desfeitos (pelos militares?) e um tribunal militar seria instaurado (pelos mesmos militares que desmanchariam o Congresso e o STF?).

Refletindo sobre nosso ofício de educadora em formação (licencianda em língua portuguesa), e pensando o texto como o nosso objeto de trabalho em sala de aula na educação básica (ou até mesmo em nível superior), instigar, em nossos alunos, a leitura crítica é uma de nossas atividades. Desse modo, ao ler tal argumento, antes de tomar a informação desta mensagem como verdadeira/factível e compartilhá-la (passá-la adiante), caberia, ao leitor, se perguntar: Qual seria a composição deste Tribunal? Seria um tribunal de exceção¹⁰?

Também é importante fazer um breve apontamento sobre a escolha, pelo autor da mensagem, do verbo “destruir” (no sentido de destruir os ministros do Supremo), que exprime uma metáfora do outro como inimigo a ser aniquilado, como também destacar a escolha do recurso semiótico de usar letras garrafais apenas nas palavras TRIBUNAL

¹⁰ Entende-se por tribunal de exceção, aquele que “se estabelece, ou se institui, em caráter especial, ou de exceção, para conhecer e julgar questões excepcionalmente ocorridas ou suscitadas. (Silva, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2007. 27 ed.). Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/tesauro/pesquisa.asp?pesquisaLivre=TRIBUNAL%20DE%20EXCE%C3%87%C3%83O#:~:text=NOTA%3A-,%C3%89%20o%20que%20se%20estabelece%2C%20ou%20se%20institui%2C%20em%20car%C3%A1ter,quest%C3%B5es%20excepcionalmente%20ocorridas%20ou%20suscitadas>>. Acesso em: 20 ago. 24.

MILITAR, que pode ser lida como uma tentativa de demonstrar a grandeza, robustez de um tribunal que, segundo o autor, teria “poderes acima do STF” (linha 15), mas que, na realidade, seria um tribunal de exceção e inconstitucional.

Essas ações verbais estruturadas na voz passiva, com a omissão de um dos agentes, facilita a compreensão da narrativa criada pelo autor. A intenção deste é justamente facilitar a representação mental do resultado final, que é o desfazimento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal, instituições “inimigas” e que atrapalham/atrapalhariam os planos de permanência do Presidente Bolsonaro no poder, mesmo este tendo perdido a eleição democrática, ou seja, mesmo desconsiderando os resultados das urnas.

Esta simplificação textual, a despeito da complexidade e da gravidade do assunto, induz à desinformação. O autor omite que, para se decretar uma intervenção federal, é necessário um **decreto presidencial**, que, de acordo com o §1 do art. 36 da CF, precisa, obrigatoriamente: especificar a amplitude da medida, o prazo de duração e as condições de execução da intervenção federal (Lenza, 2012, p. 468). Ou seja, a medida não poderia ser (como os jovens costumam dizer) “aleatória”. Exige-se, para a sua legalidade, um decreto motivado e limitado, não comportando, aos militares, tal protagonismo (ao ponto de desfazer, arbitrariamente, a Corte Suprema deste país, como aduz o autor).

Ademais, o §1º do art. 36, da CF exige ainda que este decreto interventivo seja **submetido à apreciação do Congresso Nacional, no prazo de até 24 horas**¹¹. Assim, a informação descrita na mensagem está **incorreta**, uma vez que, promulgando o Presidente da República um decreto de intervenção federal, com a justificativa de “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública” (art. 34, III, CF), este decreto precisaria ser apreciado pelo Congresso Nacional, em um prazo de até 24 horas.

Além disso, o art. 142, da Constituição Federal (que foi citado na mensagem de texto), disciplina sobre as Forças Armadas do Brasil e sobre as suas atribuições, segundo as quais, entre elas, inclui-se a “garantia da lei e da ordem” (Brasil, 1988). O fato é que, sem embargo, em qualquer hipótese de convocação das Forças Armadas – seja para “garantia da lei e da ordem”, seja para a decretação de Intervenção Federal para “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública”, a Constituição Federal exige que esta seja uma medida excepcional, tomada somente depois de esgotados todos os recursos cabíveis para contornar

¹¹ O Poder Legislativo Federal poderá, inclusive, na apreciação deste decreto, determinar a sustação da medida interventiva, caso a julgue ilegal ou arbitrária. Pedro Lenza afirma que (2012, p. 469): “Em caso de rejeição, pelo Congresso Nacional, do decreto interventivo, o Presidente da República deverá cessá-lo imediatamente, sob pena de cometer crime de responsabilidade”.

a situação, assim como que se dê por meio de ato legal motivado, detalhado e com limitação de poder; sendo possível (ainda) ser revisto pelo Legislativo ou pelo Judiciário (questionando-se a constitucionalidade da medida no Supremo Tribunal Federal). Não existe, desta maneira, nenhum Poder acima do outro e nem a possibilidade de uma instituição nacional (como as Forças Armadas) se sobressair acima de qualquer um deles.

As Forças Armadas são órgãos de Estado e, embora diretamente subordinadas à Presidência da República (Art. 142, *caput*, da CF), estão a serviço do Estado Democrático de Direito e da Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Dessa forma, a informação contida na mensagem, de que seria possível decretar uma intervenção federal e, com isso, os militares tomariam o poder, convocando nova eleição presidencial e instaurando um tribunal militar com poderes acima do STF, não possui amparo constitucional e, por todas as razões expostas, deve ser considerada uma desinformação na modalidade *dis-informação*.

3.2 IMAGEM DE TEXTO 2



Imagem 10: mensagem de texto 8. Fonte: Não identificada – WhatsApp. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/golpeflex/#/capitulo/2/2>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Podemos perceber que se trata de um texto bastante rico, em que poderíamos desenvolver diversas discussões, mas em respeito ao limite máximo de folhas imposto ao

TCC, não esmiuçaremos todas as valências verbais presentes na respectiva mensagem e, por isso, dispensamos fazer a descrição textual da imagem.

Primeiro, vale evidenciar alguns frames, dois deles, inclusive, já problematizado anteriormente, que é o frame “povo” e o segundo “Forças Armadas”. Observe que o autor deste texto optou por usar um termo mais específico – Forças Armadas –, que, como mencionamos, são instituições nacionais, compostas pelo Exército, Marinha e Força Aérea Brasileira (Brasil, 1988), cujo frame evoca um sentido simbólico de força (arbitrária), imposição, respeito, grandeza, poder, obediência.

Outro destaque é para o substantivo “clamor”. Nos termos do Dicionário Online de Português – DICIO (2024)¹², o termo possui os seguintes significados:

1. Ação ou efeito de clamar;
2. Discurso, geralmente aos gritos, de quem faz um suplicio, um protesto, uma reclamação etc.;
3. A gritaria tumultuosa de reprovação que expressa descontentamento: os clamores de uma multidão;
4. Ação de reclamar ou pedir gritando; queixa;
5. [Religião] Procissão em que os fiéis caminham (em conjunto) fazendo orações em voz alta (DICIO, 2024).

Observamos que os sentidos 2 e 3 se aplicam ao contexto do texto, isto é, em que o autor relata sobre o suplicio/protesto/reclamação/reprovação/descontentamento dos apoiadores de Bolsonaro, insatisfeitos com os resultados das urnas. Isso, de certa forma, já restringe bastante o conceito de “povo” aplicado ao texto, pois, embora se refira a uma quantidade significativa de pessoas (um volume considerável), nem de longe representa o povo como nação brasileira, nem muito menos o clamor por inteiro desta, haja vista que não havia unanimidade em relação à insatisfação com o desfecho da eleição presidencial de 2022 (E os eleitores do candidato que ganhou a eleição – Lula –, seriam eles desconsiderados?).

Com este questionamento em mente, passemos a analisar o enunciado abaixo:

“[...] ATÉ QUE AS FORÇAS ARMADAS SE POSICIONEM”

Foquemos no enunciado: “As Forças Armadas se posicionem”. Se pensarmos na ordem prototípica dos participantes das cenas enunciativas do português brasileiro (SVO), temos, neste enunciado, “*As Forças Armadas*” ocupando a posição de sujeito e topicalizando a ação verbal.

¹² Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/clamor/>>. Acesso em 12 set. 2024.

No entanto, o verbo “se posicionar” é polissêmico, podendo significar (DICIO, 2024)¹³:

- a) Colocar-se em numa determinada posição (lugar);
- b) Ter, assumir ou manter uma opinião, ponto de vista ou posição sobre algo, situação etc.

Nesse sentido, entendemos o segundo significado como sendo o aplicado ao contexto. Dessa maneira, como a estrutura argumental parte das expectativas desencadeadas pelo verbo (Furtado da Cunha, 2006), neste caso, a transitividade do verbo (*se*)*posicionar* se configura: “alguém se posiciona sobre algo” (este *algo* podendo ser entendido como um assunto, uma situação, uma opinião etc.).

Logo, voltando ao texto de onde o fragmento foi retirado, notamos a ausência do argumento do verbo, com isso, suscita-se a pergunta: **sobre o que as Forças Armadas devem se posicionar?**

Esta omissão do argumento, a nosso ver, é mais uma demonstração de “utilização de estruturas linguísticas e a sua adequação aos contextos reais nos quais essas estruturas são construídas” (Martelotta; Palomanes, 2018, p. 179). Em outras palavras, é o autor adequando o seu pensamento, por meio da estrutura linguística, ao contexto de interação.

Ocorre que, em se tratando de um texto de *dis-informação*, a omissão do argumento, neste enunciado, é proposital, o autor precisa disfarçar a ação/atitude que ele espera das Forças Armadas. O que ele está fazendo é conclamar o leitor a ir/manter-se nas ruas, com o fim de pressionar as Forças Armadas a agir. O “posicionamento” esperado é, na verdade, um pedido de ação desse agente *Forças Armadas*, cujo frame e evocação simbólica já mencionamos. Em resumo, o que o autor está cobrando das Forças Armada é, na verdade, o posicionamento sobre um golpe de Estado.

Em síntese: O uso não prototípico do verbo posicionar-se, omitindo o argumento paciente, neste exemplo, contribui para reforçar a imagética mental do leitor, disfarçando a ilegalidade do pedido, criando a expectativa de um resultado final (golpe de Estado) e instigando o leitor a se manter nas ruas, protestando por tempo indeterminado.

Analisemos mais um enunciado:

“[...] (A VONTADE DO POVO) CONTRA O GOLPE DADO PELA ESQUERDA
CONTRA O POVO BRASILEIRO!”

Caberia aqui problematizar o efeito discursivo e o significado simbólico evocado por alguns dos frames presentes no enunciado, como “vontade do povo”, “contra”, “povo

¹³ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/posicionar/>>. Acesso em: 12 set. 2024.

brasileiro”; no entanto, pelos motivos justificados anteriormente, iremos nos ater apenas às análises que envolvem as valências verbais do enunciado.

O verbo *dar* se encontra na forma nominal do particípio, indicando o uso da voz passiva do verbo. Nessa estrutura, o paciente ocupa a função de sujeito e topicaliza a ação verbal. Em concordância com Gomes e Rodrigues (2019, p. 17), a passiva prototípica obedece a quatro critérios:

- 1) aplicação à oração transitiva e formação de intransitiva derivada;
- 2) reposicionamento do argumento O (objeto) na transitiva para o S (sujeito de intransitiva) na passiva;
- 3) deslocamento do argumento A (sujeito de transitiva) para posição periférica marcada (um adjunto), o que permite a sua omissão da cena; e
- 4) marcação explícita de passiva – no caso do PB, uma construção verbal perifrástica com mudança na forma do verbo principal (particípio) associado a um verbo auxiliar em uma locução verbal.

Embora o enunciado acima não contenha os 4 critérios listados, formando, por conseguinte, uma passiva prototípica, ocorreu o reposicionamento do argumento objeto na transitiva para a posição do sujeito na passiva, assim como o deslocamento do argumento-sujeito da transitiva para a posição periférica, marcada por um adjunto, que, embora permitisse a sua omissão de cena, encontra-se presente. Destarte, esta presença não é ocasional.

“O GOLPE DADO PELA ESQUERDA”

Primeiro, cabe-nos fazer algumas considerações de ordem semântica. Ao utilizar o artigo definido *o*, o autor particulariza, especifica o substantivo. De modo que caberia questionar a que *golpe* (específico) o autor se refere? A julgar pelas *hashtags* incluídas na base da mensagem, o autor deve estar sugerindo que a eleição presidencial foi fraudada, configurando-se este “o golpe” ocorrido.

Conquanto, a convocação do argumento-objeto atende à expectativa argumental do próprio sintagma *golpe*, pois todo golpe decorre de uma ação realizada por um agente (praticante da ação verbal). Neste discurso, o agente é a *esquerda*, entendendo-se esta como qualquer pessoa que se oponha, ou que seja contrária a Bolsonaro ou não o apoie (ele em si ou a suas ações).

Este agente convocado, marcadamente presente na cena enunciativa, contribui com a representação mental de que houve um golpe e este foi praticado pela esquerda. O leitor, então, é convocado para ir/se manter nas ruas e reivindicar uma ação/atitude das Forças

Armadas. Não obstante, o que o autor omite e, porquanto, subjaz a desinformação, é que o que ele espera/conclama as Forças Armadas a fazerem é realizar um golpe de Estado.

Na leitura compartilhada nesta interação, *golpe* não é as Forças Armadas tomar o poder, fechar Congresso, desfazer o Supremo. O respectivo *golpe* já ocorreu e nem precisa ser referenciado ou detalhado no texto (outra omissão proposital), pois o leitor/destinatário do texto (apoiador de Bolsonaro) já partilha desta convicção/conhecimento de mundo, sendo dispensável especificar qual golpe já teria sido cometido.

Dessa forma, o texto ilustra uma desinformação classificada como *dis-informação*, pois além de sugerir uma informação falsa, a sua produção e compartilhamento possuem uma intencionalidade danosa.

No próximo tópico, a última mensagem de texto do *corpus* a ser analisada.

3.3 IMAGEM DE TEXTO 3

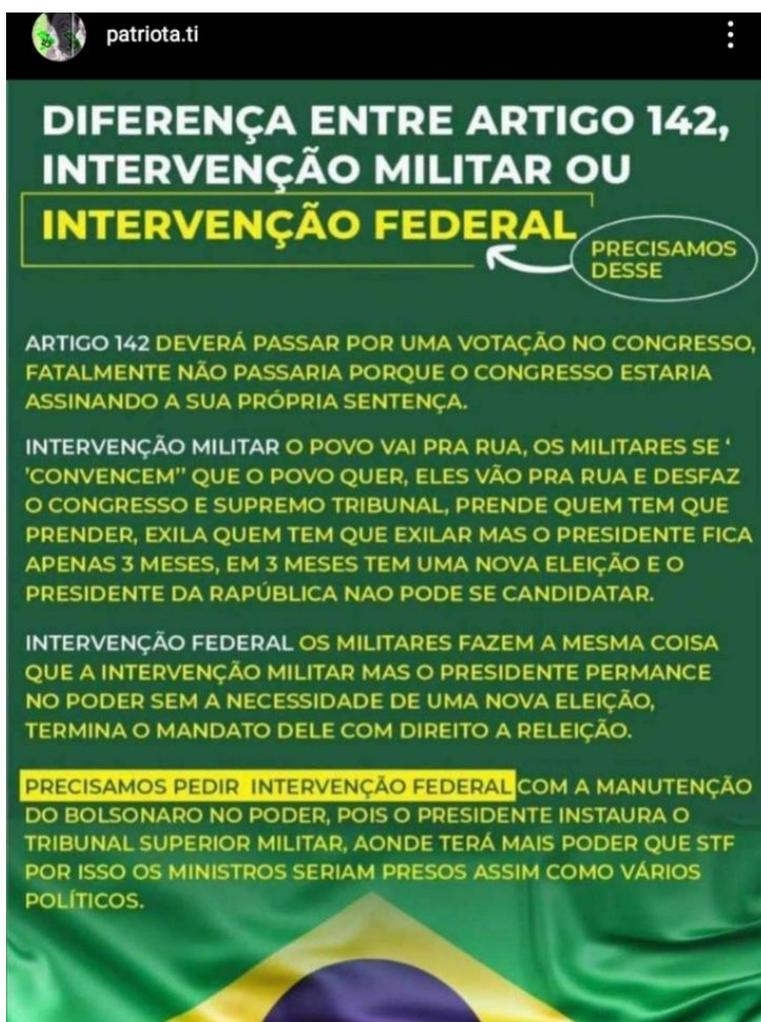


Imagem 11: mensagem de texto 8. Fonte: Não identificada – WhatsApp. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/golpe-flix/#/capitulo/2/2>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Sem embargo, das três imagens colhidas, esta é a cujo conteúdo (texto) apresenta a descrição e solicitação de um golpe de Estado de forma mais detalhada e com a predominância do uso prototípico da voz ativa dos verbos (com exceção, examinada mais à frente). Não obstante, em certos trechos, a concordância do verbo altera da 3ª pessoa do plural para a 3ª do singular, o que pode dificultar a identificação do agente da ação verbal, na projeção mental da cena enunciativa, pelo leitor.

Nesse aspecto, poderíamos entender essa alternância número-pessoal do plural para o singular não como uma tentativa de omissão do agente semântico, mas como um problema de concordância, decorrente de uma escrita mais voltada para a oralidade/interação, reflexo do contexto da situação comunicativa de urgência/imediatismo em que esses textos foram produzidos, publicados e/ou compartilhados.

Em respeito ao limite máximo de folhas imposto ao TCC, não poderemos esmiuçar todos os frames e nem todas as valências verbais presentes na respectiva mensagem, de modo que dispensamos fazer a descrição textual da imagem e selecionamos apenas alguns enunciados para desenvolvermos as nossas últimas análises.

Vejamos o primeiro, o qual foi retirado do terceiro parágrafo:

“OS MILITARES **SE ‘CONVENCEM’** QUE O POVO **QUER**,” (grifos da pesquisadora).

Analisando, inicialmente, a primeira parte do enunciado, temos a estrutura SVO, em que os militares ocupam a posição de S, topicalizando a ação verbal. Entretanto, o verbo “se convencer”, nessa estrutura, a gramática tradicional o classificaria como um verbo pronominal, cuja ação expressa o sentido de alguém chegar a uma conclusão, a um convencimento ou decisão sobre algo.

O frame ativado com este verbo é de uma ação, cuja ação recai sobre o próprio sujeito, ou seja, ao “se convencer”, o sentido já está completo, o que torna dispensável a presença de um objeto/argumento para completar a ação do verbo.

Diferente do segundo verbo, presente no enunciado: “(...) O POVO QUER,”. Este verbo ativa um frame distinto, cuja forma prototípica é de: *alguém* [agente da ação enunciativa] *quer algo* [complemento do verbo querer/argumento do verbo], ou seja, este verbo, para ter o seu sentido completo, necessita da presença do argumento-objeto, o qual, no enunciado acima, está ausente. **O que o povo quer?**

É justamente este objeto querido pelo povo que ocasiona ou motiva o convencimento dos militares (agentes da primeira ação verbal), ou seja, a segunda ação

enunciativa – cujo sentido se encontra **incompleto** – condiciona a ação da primeira. Em outras palavras: é exatamente o argumento objeto da segunda ação (em nossa análise, intencionalmente omitido para gerar desinformação) que ocasiona o convencimento dos militares, e que, a partir daí, desta ação completa e encerrada, que uma cadeia de outras ações enunciativas, citadas em sequência, acontece:

1. Eles (os militares) vão para a rua;
2. [Eles] desfaz(em) o congresso e supremo tribunal;
3. [Eles] prende(em) quem tem que prender;
4. [Eles] exila(m) quem tem que exilar (...).

Por isso que, não obstante os verbos em sequência estarem conjugados na 3ª pessoa do singular, os agentes semânticos dessas respectivas ações verbais são **os militares**.

A única exceção, entretanto, é o verbo *ir*, em: “*Eles vão pra rua*”, que claramente simboliza uma metáfora, outra forma de dizer que os militares tomariam o poder político do país e promoveriam um golpe de Estado, isto é, **o** golpe justamente narrado na cadeia de ações ilegais descritas em sequência.

O próximo enunciado, retirado do último parágrafo do texto, nós o escolhemos apenas para fazer uma observação, a fim de compará-lo com o conteúdo da mensagem de texto 1 (p. 27). Vejamos:

“Será instaurado o TRIBUNAL MILITAR (...)” (Imagem 08, p. 27)
“O PRESIDENTE INSTAURA O TRIBUNAL SUPERIOR MILITAR” (Imagem 11, p. 38)

Logo, é possível perceber que da primeira mensagem para a última ocorreu uma nítida diferença nos agentes da ação. Enquanto na primeira, o argumento é propositadamente omitido, com o uso da estrutura na voz passiva do verbo; no segundo texto, a adoção da forma prototípica SVO condiciona a presença dos dois argumentos (sujeito e objeto), para dar sentido completo ao enunciado, deixando, portanto, evidenciado, o agente da ação verbal.

Acontece que, neste mesmo parágrafo, mais adiante, o autor escreve o seguinte enunciado: “(...) POR ISSO OS MINISTROS SERIAM PRESOS (...)”. Passemos, então, a analisar esta estrutura.

Semanticamente, a locução prepositiva “POR ISSO”, quando seguida da conjunção subordinativa “que”, funciona como uma conjunção subordinativa que, em sua forma

prototípica, introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa, ou seja, seria uma sentença que estaria ligando uma explicação à oração principal.

Observemos, semanticamente, o que o autor está querendo dizer neste parágrafo:

1. O autor e o leitor precisam pedir intervenção federal com a manutenção de Bolsonaro no poder;
2. Uma vez implantada a intervenção federal, Bolsonaro instaura o Tribunal Superior Militar (que terá mais poder que o STF);
3. Em razão do Tribunal Superior Militar (TSM) ter mais poderes que o STF, os ministros do STF seriam presos;
4. Então, podemos concluir que, quem prende (ou manda prender) os ministros é o TSM?

O termo “presos”, sintaticamente, se classifica como um predicativo do sujeito, ou seja, é um adjetivo que indica/condiciona um estado ou condição do sujeito da oração. Todavia, não se trata de um atributo próprio do agente enunciativo, mas sim uma situação (temporal) condicionada ao sujeito. Nesse sentido, os ministros serem presos é um estado/situação decorrente de uma ação dada ou realizada por alguém (frame).

Esta concepção não reflete apenas um conhecimento linguístico, é uma leitura do mundo, pois a nossa Constituição diz que (no inciso LXI, do art. 5º): “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por **ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente (...)**” (Brasil, 1988, **grifo** nosso). Por essa razão, semanticamente, este frame evoca uma ordem. Em outras palavras, é preciso que alguém *mande prender*.

Na oração inicial prototípica (SVO): “O PRESIDENTE INSTAURA O TRIBUNAL SUPERIOR MILITAR”, o agente da ação enunciativa já cumpriu seu papel, a cena está concluída. Em sequência, o argumento O da oração inicial permanece em cena e é evocado (através da desinência número-pessoal da conjugação do verbo *ter*), a ser o argumento S da segunda cena verbal: “[TSM] TERÁ MAIS PODER QUE STF”.

Esse agente todo poderoso é evocado mentalmente para praticar uma ação que está subentendida, qual seja: a de prender (ou mandar prender) os ministros (“assim como vários políticos”). Ou seja, o único trabalho “sujo” (ação considerada ilegal), que compete a Bolsonaro, é instaurar o TSM¹⁴; o resto, o leitor pode ficar tranquilo que o Tribunal Superior Militar assume. Esta é, portanto, a representação mental da cena enunciativa.

¹⁴ Constitucionalmente, o Superior Tribunal Militar (conhecido como STM), é um órgão da Justiça Militar e compõe o Poder Judiciário Brasileiro, estando organicamente abaixo do Supremo do Tribunal Federal, nos termos do art. 122, da Constituição Federal (Brasil, 1988).

Sucedese que, todo este contexto é uma grande desinformação. Nenhum Tribunal Militar pode estar acima da Constituição Federal, conseqüentemente, também não pode estar acima do Supremo (o próprio nome confirma), que é o seu guardião. Assim, concluímos esta análise, declarando tratar-se de uma mensagem de desinformação, na modalidade *disinformação*, não só por conter conteúdo falso a respeito da medida interventiva, com a descrição clara de ações inconstitucionais, como por se detectar uma intencionalidade danosa, isto é, o intuito de fomentar uma ruptura do Estado Democrático de Direito no Brasil.

No próximo tópico, encerramos o trabalho apresentando as nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar (imagens de texto) de desinformação, colhidas do site *Golpeflix*, que circularam nas principais redes sociais do país, nas primeiras 72 horas, após a divulgação do resultado da eleição presidencial de 2022. Ao todo, o nosso *corpus* obteve 9 (nove) mensagens de texto de desinformação.

O primeiro objetivo consistiu em pesquisar a definição sobre desinformação que melhor se aplicasse ao nosso estudo. Para isso, subsidiamos as nossas análises com base na taxonomia da OCDE (2024), a qual classifica as mensagens de desinformação em 5 (cinco) categorias: *mis-informação*, *dis-informação*, *contexto enganoso (alteração contextual)*, *propaganda* e *sátira*. Assim, do *corpus* selecionado, categorizamos as mensagens como sendo uma como distorção contextual, uma sátira, três *mis-informação* e quatro *dis-informação*. De maneira que, para a presente pesquisa, nos restringimos a analisar apenas os textos das mensagens categorizadas como *dis-informação*, isto é, mensagens que continham, em seu conteúdo, informações falsas e a intencionalidade de causar danos e de influenciar o comportamento do leitor.

O segundo objetivo era o de argumentar que a compreensão da linguística, especialmente a visão teórica da Linguística Cognitiva, auxilia na discussão sobre o combate à desinformação e contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico do leitor, pois, para esta perspectiva teórica, “(...) os sentidos das ações e dos enunciados são, na prática, *indexicais* – o que reflete a premissa sociocognitiva de que os significados não estão propriamente nos signos linguísticos – e que a compreensão é construída através de processos interpretativos sociais” (Rodrigues, 2010, p. 31, *grifo* do autor), permitindo a criação de “universos de significação comuns” e “modos de (re)conhecimento do mundo com base no reforço a crenças, a valores sociais preexistentes e a afinidades semanticamente intensas” (Bentes; Souza-Santos, 2023, p. 14).

A produção de versões falsas da realidade gerou ações no mundo, cujo auge resultou nos eventos do dia 08 de janeiro de 2023, em Brasília, com a depredação generalizada de prédios e bens públicos e de um forte apelo para a instauração de um golpe militar, com um pedido de ruptura da democracia (mesmo fazendo apenas 36 anos que encerramos um longo período de regime militar neste país).

Através das análises das mensagens de texto (*corpus*), percebemos que existia uma narrativa sendo contada e, com isso, buscamos analisar como as escolhas linguísticas do autor eram moldadas para dar significação ao conteúdo. Percebemos, então, a ocorrência da

alternância entre voz ativa e passiva no texto, bem como a omissão (intencional ou não) de agentes da ação verbal, que podiam influenciar a construção de significado, facilitar a projeção mental da narrativa (induzindo ao convencimento do leitor) e contribuir para a disseminação de desinformação.

Importante lembrar, antes de concluir este trabalho, que as a Constituições Federais, em países Democráticos, são regidas pelo sistema de “freios e contrapesos”¹⁵ (Montesquieu, 1999; Pelicioli, 2006), em que se prevê controles recíprocos entre os poderes do Estado, propiciando meios para que eles próprios possam resolver seus conflitos, “tanto em tempos de normalidade como em situações extremadas, que ameacem a própria sobrevivência do regime democrático e da ordem constitucional” (Brasil, 2020, p. 7).

É certo que a desinformação é um processo complexo, cujo enfrentamento exige uma reunião de esforços de todas as áreas de conhecimento, especialmente com o objetivo de formar melhores leitores e cidadãos mais responsáveis e críticos. Para esse fim, possuir um repertório cultural mais aprofundado, ter melhor critério com as fontes de informação com as quais se alimenta, bem como compreender as nuances cognitivas e linguísticas que compõem/integram um texto de desinformação, ajuda-nos a desenvolver defesas cognitivas mais robustas e nos torna leitores mais críticos e sofisticados, menos suscetíveis a consumir/compartilhar tais conteúdos, obstando, conseqüentemente, retroalimentar a cadeia de desinformação.

Esperamos, por conseguinte, que de alguma forma a nossa pesquisa contribua com a discussão sobre o tema, como também com a missão de formar consumidores de informação e cidadãos mais críticos.

¹⁵ Decorre da expressão “*Checks and balances*”, que consiste em um sistema em que os Poderes do Estado se controlam mutuamente, como, por exemplo: quando o Legislativo julga o Presidente da República e/ou os ministros do Supremo Tribunal Federal, em casos de crime de responsabilidade; ou quando o presidente da República exerce o seu o poder de veto aos projetos de lei do Legislativo; ou quando o Poder Judiciário julga a inconstitucionalidade de atos dos demais Poderes (Pelicioli, 2006).

REFERÊNCIAS

AOS FATOS. GOLPEFLIX: O catálogo digital das mentiras que levaram ao 8 de janeiro (2024). Banco digital de mensagens falsas circuladas em redes sociais, durante o período de outubro/2022 – janeiro/2023. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/golpeflix/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BENTES, A. C.; SOUZA-SANTOS, J. E. de. Contribuições para a compreensão das *fake news* como produções textuais-discursivas incorporadas ao campo jornalístico. **Revista da anpoll**, v. 54, n. 1, 2023. P. 1-16. Disponível em: <<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1902/1406>>. Acesso em: 24 ago. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 jul. 2024.

_____. Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados Federal. **PARECER**, de 03 de junho de 2020. Dispõe sobre a interpretação do art. 142 da Constituição Federal. [...] Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/06/parecer.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2024.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. Apresentação à Edição Brasileira. *In*: ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução de: Gilson Cesar Cardoso de Souza. 20 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FERRARI, Lilian. **Introdução à linguística cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2016.

FRANCO, Coronel André Luiz dos Santos. Força Expedicionária Brasileira. **ADIEx Itália** (Aditância do Exército junto à Embaixada do Brasil na Itália), Roma – Itália, 21 fev. 2021. Disponível em: <<https://adiexitalia.org/index.php/pt/forca-expedicionaria-brasileira-feb>>. Acesso em: 08 set. 2024.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Estrutura argumental e valência: a relação gramatical objeto direto. **Gragoatá**, Niterói, v. 11, n. 21, 2006. P. 115-131. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33218>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

GEERAERTS, D. Cognitive Linguistics. *In*: VERSCHUEREN, J.; ÖSTMAN, J. -O.; BLOMMAERT, J. (eds.). **Handbook of Pragmatics**. Amsterdam: John Benjamins, 1995. pp. 111-116

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013. P. 79-108.

GOMES, Dioneia Moreira; RODRIGUES, Tiago de Aguiar. *In*: MATOS, Denílson Pereira de (Org.). **Uso e ensino de língua: pesquisas e reflexões do grupo teorias linguísticas de base – TLB**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. P. 13-29.

HUMPRECHT, E. Where ‘Fake News’ Flourishes: A Comparison across Four Western Democracies. **Information, Communication & Society**, v. 22, n. 13, 2018. Pp. 1973-1988. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325272442_Where_'fake_news'_flourishes_a_comparison_across_four_Western_democracies>. Acesso em: 17 jul. 2024.

LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**. 16. Ed. Em., atual. E ampl. – São Paulo: Saraiva, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: Angela Paiva Dionísio, Anna Rachel Machado e Maria Auxiliadora Bezerra (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p.19-36.

MARTELOTTA, M. E.;PALOMANES, R. Linguística Cognitiva. *In*: Martelotta, M. E. (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 177-192.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco [1984] **A árvore do conhecimento: As bases biológicas da compreensão humana**. 3 ed. São Paulo: Palas Athena, 2003.

MENDONÇA, R. F. et al. Fake News e o Repertório Contemporâneo de Ação Política. **Dados**, v. 66, n. 2, 2023. P. 1-33. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.301>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

MENEZES, Luiz Fernando; RIBEIRO, Amanda. Bolsonaro posta foto antiga e golpistas mentem que é assinatura de ‘autorização’ ao Exército. **Aos Fatos**, 02 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-foto-antiga-artigo-142/>>. Acesso em: 08 set. 2024.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MUSEU DO EXPEDICIONÁRIO DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Símbolo da FEB. **Ministério da Defesa – Exército Brasileiro**. Disponível em: <<https://museudoexpedicionario.5rm.eb.mil.br/index.php/videos/63-simbolos/111-simbolo-da-feb>>. Acesso em: 08 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **The OECD Truth Quest Survey: Methodology and findings**. Paris: OECD Digital Economy Papers, Jun/2024 (n. 369). Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/92a94c0f-en>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

PELICIOLI, Angela Cristina. A atualidade da reflexão sobre a separação dos poderes. **Revista de informação legislativa**, v. 43, n. 169, p. 21-30, jan./mar. 2006. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/92742>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PEREIRA, Júlio César R. **Análise de Dados Qualitativos: Estratégias para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. 3. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

POMPEIA, Rosario; MEIRA, Silvio. Navegando no mar de mentiras: O desafio brasileiro na era da desinformação. **Marketing do futuro Manifesto** (2024). Disponível em: <<https://marketingdofuturo.org/manifesto02/>>. Acesso em: 12 ago 2024.

RODRIGUES, Jan Edson. **Conceptualização na linguagem:** dos domínios cognitivos à mente social. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SCHÖNINGER, C. L. K.; FADRIQUE, J. M.; ASMMANN, I. Os recursos semióticos e a multimodalidade no ensino da Língua Inglesa: práticas de leitura e produção textual. **Papéis:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens – UFMS, v. 20, n. 39, p. 193-219, 16 mar. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/papeis/article/view/3398>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TANDOC JR., E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. “Defining ‘Fake News’”. *Digital Journalism*, vol. 6, no 2, 2018. Pp. 137-153. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder:** Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Estrasburgo (França): Council of Europe, 2017.

ANEXOS

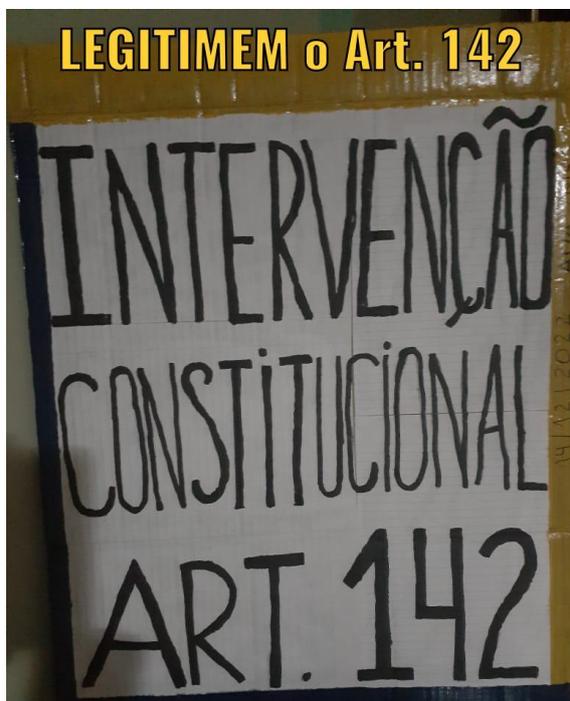
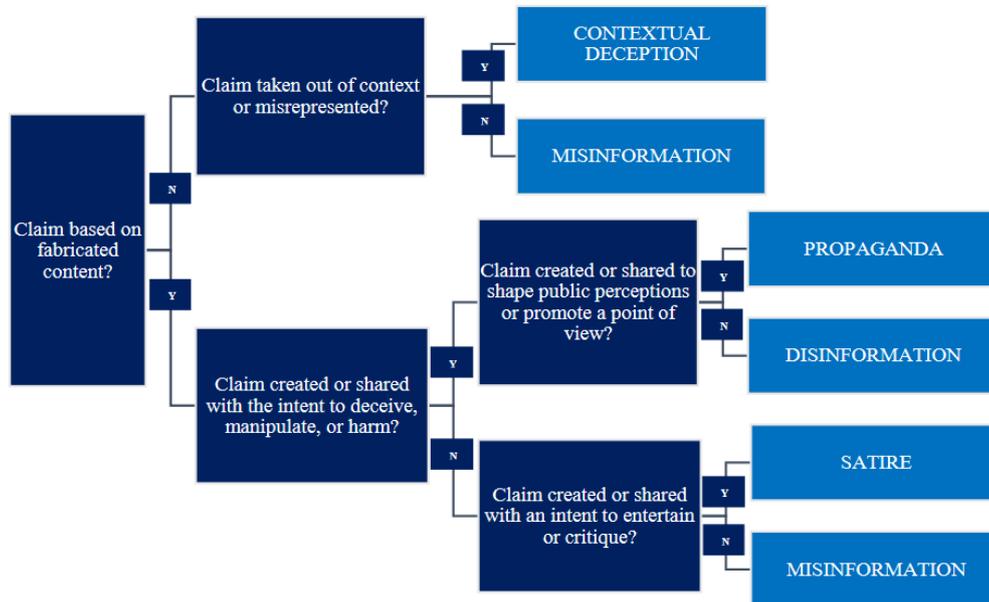
MENSAGENS DE TEXTO COLETADAS DO GOLPEFLIX E CATEGORIZADAS
COMO *MIS-INFORMAÇÃO*

Imagem 12: Exemplo desinformação, classificada como *mis-informação*, com base na taxonomia da OCDE (2024). **Fonte:** Não identificada – *WhatsApp*. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/golpeflix/#/capitulo/2/2>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

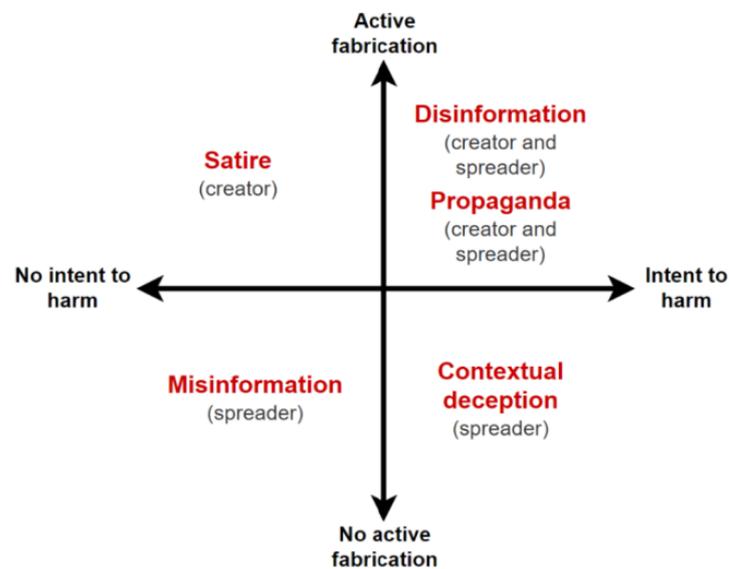
P/ a manifestação surtir efeito p o artigo 142 temos q ficar minimo 72h na rua. Nunca fizemos isso, agora é a hora pq não vai ter outra oportunidade. E o presidente tem q ficar calado por 72h, ele nem pode falar ou motivar a manifestação.

Imagem 13: Exemplo desinformação, classificada como *mis-informação*, com base na taxonomia da OCDE (2024). **Fonte:** Não identificada – *WhatsApp*. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/golpeflix/#/capitulo/2/2>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

TAXONOMIAS DA OCDE (2024) ORIGINAL EM INGLÊS



ANEXO A (Figura 1): Taxonomia da busca da verdade – OCDE Truth Quest Survey (2024, p. 38).
Fonte: Disponível em: <https://doi.org/10.1787/92a94c0f-en..> Acesso em: 12 ago. 2024.



ANEXO A (Figura 2): Desvendando o espectro da falsidade online – OCDE Truth Quest Survey (2024, p. 14). **Fonte:** Disponível em: <https://doi.org/10.1787/92a94c0f-en..> Acesso em: 12 ago. 2024.